

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Durão Barroso no Parlamento



Mariano Rojoy visita Lisboa



Pag. 24

Jornadas Parlamentares

Na segunda e terça feira desta semana, dias 13 e 14, realizaram-se na Madeira as Jornadas Parlamentares do PSD. Do evento daremos circunstanciada notícia na próxima edição do nosso Jornal



Conselho Nacional do PSD



Pag. 24



Intervenção sobre o regime jurídico excepcional de reabilitação para as zonas históricas ou áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística

Deputada Paula Malojo
Assembleia da República 8-10-2003



(...)

... o Governo dá hoje um passo importantíssimo para a reabilitação urbana, para a conservação, recuperação e readaptação dos espaços urbanos, criando um instrumento que, reconhecendo que cada município é responsável pelo processo de reabilitação urbana, lhe confere um mecanismo legal que lhe permite, finalmente, assumir de facto a assunção de tal responsabilidade.

(...)

Este governo, no seu Programa, comprometa-se a orientar a sua actuação no sentido de favorecer e estimular e cito “a reconstrução e manutenção de habitações, potenciando um aproveitamento adequado do património existente, facultando aos municípios instrumentos ajustados à concretização de acções que restituam à utilização o património subaproveitado, valorizando-o e integrando-o na oferta de habitação e, ainda, aperfeiçoando os mecanismos de expropriação de imóveis degradados, tendo por objectivo agilizar o processo de aquisição pelo Estado ou pelas autarquias de prédios em ruínas, combatendo a tendência especulativa dos terrenos onde se implantam.” (Fim de citação).

Hoje o governo apresenta uma solução para aquilo a que poderíamos chamar a *agonia* que é a degradação do património habitacional, degradação que é comum a muitos dos nossos núcleos urbanos, degradação que não se confina apenas às zonas históricas.

(...)

Quanto à matéria da Proposta de Lei, não tenho dúvidas em afirmar que o mérito do regime jurídico proposto está nos princípios que o regem, de que destacarei: o da necessidade de conceder aos poderes públicos meios efectivos de intervenção na reabilitação urbana; o do controle por parte dos poderes públicos de todo o processo de reabilitação; o da ponderação dos direitos e obrigações dos proprietários e do equilíbrio na protecção dos direitos dos arrendatários e o da necessidade de se obter a celeridade dos processos de reabilitação.

Na proposta, as áreas de intervenção são as chamadas áreas críticas de

recuperação e reconversão urbanística, (conceito já definido legalmente) e as zonas históricas, classificadas em Plano Municipal de Ordenamento do Território ou na falta deste as zonas históricas delimitadas por deliberação da Assembleia Municipal.

(...)

É de ressaltar do exposto pelo articulado em apreço que a acção das Sociedades de Reabilitação Urbana e as competências que lhe são conferidas, se confinam estritamente aos limites geográficos das zonas de intervenção e ao espaço de tempo de duração das operações urbanísticas realizadas no âmbito do processo de reabilitação.

(...)

A degradação do património edificado, tendo consequências directas naquilo que é o espaço urbano visível sob o ponto de vista dos valores estéticos e artísticos que o definem, é tanto mais preocupante quanto sabemos que atinge níveis graves do ponto de vista da segurança dos cidadãos.

(...)

... a reabilitação do tecido urbano significa a criação de melhores condições de vida para o tecido populacional abrangido, são, em cada uma das fases do processo, acautelados os interesses dos proprietários e arrendatários, habitacionais ou outros, bem como estão compaginados os interesses sociais em jogo que o processo envolve.

(...)

O Programa do Governo, (...), apresenta propósitos específicos relativamente à recuperação e preservação do património habitacional existente e pela acção, adopta uma efectiva política de renovação urbana que todos reconhecem urgente, de forma a inverter aquilo que é perceptível por todos e que se tem arrastado sem solução à vista.

(...)

A reabilitação urbanística, sendo fundamental para a conservação, preservação e valorização de um vasto conjunto de património arquitectónico, artístico, científico, social e humano, sendo responsabilidade primacial dos municípios é, hoje, um imperativo nacional.

(...)

Agenda

Quarta-Feira, dia 15 de Outubro de 2003-15:00h

Proposta de Lei nº 85/IX(GOV)

(Exclui os empréstimos a contrair para a reparação dos danos provocados em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público destruídos pelos incêndios ocorridos desde 20 de Julho de 2003, a financiar por recurso a linha de crédito bonificado, dos limites de endividamento municipal)

Projecto de Lei nº 343/IX(PEV)

(Estabelece regras de segurança no transporte colectivo de crianças)

Quinta-Feira, dia 16 de Outubro de 2003-15:00h

Debate sobre o **Ano Internacional das Pessoas com Deficiência**, com a participação do Governo

Discussão Conjunta:

Projecto de Deliberação nº 15/IX(PEV)

Projecto de Deliberação nº 22/IX(PSD)

Projecto de Deliberação nº 25/IX(CDS-PP)

(Adopta medidas para a não discriminação de cidadãos com deficiência ou incapacidade)

Votações

Sexta-Feira, dia 17 de Outubro de 2003-10.00h

Proposta de Lei nº 93/IX(GOV)

(Regula e harmoniza os princípios básicos de cessão de créditos do Estado e segurança social para titularização)

Proposta de Lei nº 80/IX(GOV)

(Sobre a Lei de Bases do Desporto)



Intervenção sobre a Ratificação do Tratado entre os Estados – Membros da União Europeia e os novos dez países aderentes

Deputado António Almeida Henriques
Assembleia da República, 3 de Outubro de 2003



(...)

... Portugal tem a oportunidade de reafirmar os seus princípios de País solidário, ratificando o Tratado, consumando assim o apoio que sempre deu a este alargamento.

Damos as boas vindas ao mesmo tempo a dez países e a cerca de 100 milhões de pessoas, passando a ser um grande espaço amplo de 25 países e 480 milhões de cidadãos.

(...)

Ontem, como hoje, a Europa

podrá permitir consolidar as

estruturas democráticas destes novos países e responder a questões idênticas às que se colocaram a Portugal.

É agora a vez de sermos solidários, de darmos mais um contributo para a construção de uma Europa mais forte, mais unida, mais próspera e mais humana, que combate as suas assimetrias internas e se impõe no mundo.

(...)

Um mercado aberto, liberto de protecções, gerará mais riqueza, a última década é prova disso, permitiu um aumento generalizado do desenvolvimento da UE.

(...)

Portugal tem que ter atitude positiva, alterar o padrão de especialização da economia para aumentar a competitividade dos nossos produtos no mercado internacional.

Apesar do nível baixo de produtividade dos nossos sectores, apresentamos boas performances em sectores cruciais como as telecomunicações, banca e seguros.

(...)

... temos que mobilizar instrumentos financeiros capazes de simplificar o enquadramento legislativo e administrativo em que as empresas operam. O governo tem vindo a dar resposta a estas preocupações:

Através do Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia, que visa o aumento da competitividade da economia, com a dinamização da concorrência, a criação de um ambiente favorável às empresas e a aposta na inovação e investigação, tem vindo a criar as condições que nos permitirão ser mais competitivos no futuro.

Iniciativas como Portugal 2010, para o aumento da produtividade, a reserva fiscal de investimento, o desagravamento fiscal a 25% no próximo ano e posteriormente em 20%, a criação da Agência Portuguesa para o Investimento, a criação da Autoridade da Concorrência, a nova lei da insolvência, a nova lei laboral, a liberalização do mercado da energia, o programa para o desenvolvimento do turismo, a acção da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, entre outras, estão a preparar Portugal para este embate.

Mas não depende só do governo, todos temos responsabilidades.

Temos que maximizar o aproveitamento dos fundos comunitário que temos até 2006.

Temos também que promover os nossos produtos e imagem nestes países.

(...)

Outra grande questão, prende-se com a qualidade de vida dos povos e a necessidade de promovermos o desenvolvimento e qualidade de vida dos cidadãos.

É do nosso interesse promover o esbatimento de assimetrias.

(...)

Falando do financiamento da UE, somos claros:

Os custos do alargamento não deverão ser suportados pelas regiões mais pobres, não poderá ser feito à custa da coesão económica e social.

(...)

Portugal, através de carta do Sr. Primeiro Ministro ao Presidente da Comissão, avança com uma posição exigindo o reforço dos meios financeiros para as regiões mais desfavorecidas ou das zonas mais problemáticas da UE, no sentido de se aproximarem das mais ricas, depois de 2006 e um tratamento diferenciado;

Defendemos a “neutralidade financeira ou diferenciação positiva” para Portugal, entre os 15, no quadro financeiro 2007/ 2013 e rejeitamos qualquer diminuição de apoios a regiões que ultrapassam os 75% por razões meramente estatísticas, o que pode acontecer com o Algarve e Madeira.

(...)

Observatório de Imprensa

Por um referendo sem coacções

O referendo ganha em ter espaço próprio, para que suscite a intervenção organizada dos cidadãos para lá dos partidos políticos. É da natureza dos referendos este tipo de participação transpartidária, como aliás aconteceu nos dois anteriores.

José Pacheco Pereira, *O Público*, 09/09/03

Uma causa injusta

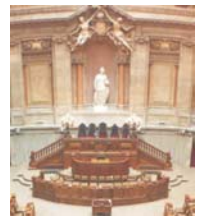
A agitação estudantil no ensino superior regressou em força com a aplicação da lei que permite aumentar moderadamente as propinas. Essa é, porém, uma causa injusta.

Jorge Bacelar Gouveia, *Diário Económico*, 10/09/03

Sim ao referendo europeu

Com a poupança de meios e de recursos, que a acumulação das eleições europeias com o referendo propicia, temos de concluir que Portugal só teria a ganhar.

Guilherme Silva, *A Capital*, 10/09/03



Intervenção sobre o Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamental da Segurança Social relativo ao último trimestre de 2002

Deputado Vasco Cunha
Assembleia da República, 3 de Outubro de 2003



homólogo do ano transacto, de 27,5% e 29,7%, respectivamente.

Importa, contudo, realçar que a execução orçamental da Segurança Social no ano de 2002, incluiu pela primeira vez a Capitalização Pública de Estabilização, em cumprimento da Lei de Enquadramento em vigor, pelo que – quer a Receita quer a Despesa – apresentam elevadas variações homólogas provocadas, designadamente, pela expressão dos Activos Financeiros no total, cujo peso relativo é de 15,3% e de 19,1%, respectivamente.

Quanto ao desenvolvimento do Orçamento da Segurança Social, para 2002, e especificamente aos ajustes que aí foram feitos no decurso do 1º semestre, importa destacar essa adequação já que, de forma geral, se pode concluir que **na execução orçamental das Receitas se verificou uma forte aproximação aos valores consagrados em orçamento**, demonstrando uma boa capacidade de antevisão e projecção para a evolução do sistema.

Neste contexto, continuou a vigorar o princípio estruturante que determina que **as Contribuições constituem a principal fonte de receitas da Segurança Social**, representando cerca de 93,4% do total da Receita Corrente e 70,7% das Receitas e Transferências Correntes.

(...)

A despesa com as Pensões correspondeu a cerca de 66% das despesas correntes e apresentou uma variação de 8,8%, em relação ao período homólogo do ano anterior, traduzindo um efeito que conjugou ao longo do ano (a) o

(...)

Trata-se do último Relatório de um conjunto de quatro Relatórios, elaborados com regularidade trimestral, com base nos resultados provisórios divulgados pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho, através do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

(...)

Da análise à execução orçamental da Segurança Social relativa ao período de Janeiro a Dezembro de 2002, conclui-se, em termos gerais, que tanto a receita – incluindo o saldo inicial transitado do ano anterior – como a despesa, evidenciam um acréscimo em relação ao período

aumento das pensões verificado em Dezembro de 2001, (b) o reflexo do aumento de pensionistas e (c) o valor mais elevado das novas pensões.

A despesa registada no Subsídio de Desemprego e Apoios ao Emprego supera o valor registado em 2001 em 27,0%, reflectindo o abrandamento da economia e o aumento do número de cidadãos inscritos neste segmento.

Relativamente à despesa com o Subsídio de Doença em 2002 ela representou um acréscimo de 1,3% em relação a igual período de 2001, confirmando a ideia desta despesa se comportar de modo mais favorável do que no passado, em resultado das várias medidas dissuasoras que foram sendo tomadas, designadamente para evitar a fraude.

Deste modo, foi possível constatar a execução de 100% das Despesas Correntes, onde se destacam – pela grandeza da sua expressão – os valores das Pensões, assim como os resultados da execução orçamental das diferentes prestações relacionadas com o Desemprego, com o Rendimento Social de Integração e com a Acção Social, todas elas evidenciando uma evolução em linha face à expectativa inscrita em orçamento.

Em sentido inverso e sem que a isso corresponda uma apreciação negativa, encontram-se as execuções orçamentais da Subsídio Familiar a Crianças e Jovens e do Subsídio por Doença que ficam ligeiramente aquém dos valores orçamentados para 2002.

Quanto às Despesas de Capital e particularmente pela influência dos valores registados nos Activos Financeiros, constata-se uma realização, respectivamente, de 98,1% e 99,1%, ambas um pouco abaixo da expectativa de despesa para o período de 2002.

No contexto das Transferências Correntes, apesar da sua reduzida expressão orçamental – correspondendo a menos de 3% do total do Orçamento da Segurança Social – verifica-se que a execução atingiu os 96,8% do orçamentado, com destaque para as transferências já concretizadas no contexto das acções de Emprego e Formação Profissional, com uma realização de 97,3%.

Quanto às Transferências de Capital regista-se uma execução de 75,1%.

Feita a análise à Receita e à Despesa justifica-se ainda um registo para o saldo orçamental do final do ano de 2002 que, expurgando o Saldo do Ano Anterior e os Activos e Passivos Financeiros, atinge o montante de 886.149,0 milhares de Eur, correspondentes a 0,69% do PIB.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento a todos os municípios do continente

Sobre a situação da taxa de conservação de esgotos e da tarifa de saneamento
Dep(s) Manuel Oliveira e Vítor Reis

Requerimento ao Ministério da Administração Interna

Sobre a entrada em Portugal de cidadãos residentes no estrangeiro
Dep(a) Manuela Aguiar

Requerimento aos Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Sobre a exploração de caulino em caminho público na freguesia de Barqueiros – Barcelos
Dep Fernando Santos Pereira

Requerimento ao Ministério da Ciência e Ensino Superior

Sobre Pagamento de Propinas
Dep(s) Jorge Nuno Sá e outros

Requerimento ao Secretário de Estado da Juventude e Desportos

Sobre Pousada da Juventude no Concelho da Mealhada
Dep Gonçalo Breda Marques

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua habitual reunião semanal, que teve lugar na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou diversos diplomas, entre os quais algumas resoluções sobre planos urbanísticos e de reordenamento, que são as seguintes: **Ratifica parcial do Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Proença-a-Nova**, no município de Proença-a-Nova.

Com a presente Resolução, ratifica-se o Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Proença-a-Nova, de forma a contribuir para a estruturação urbana do aglomerado, tendo em consideração a tendência desagregadora e descaracterizante do Núcleo Histórico de Proença-a-Nova.

Ratificam-se as medidas preventivas estabelecidas para uma área destinada à **ampliação da Zona Industrial de Campia, no município de Vouzela**.

Estando em curso o procedimento da revisão do Plano Director Municipal de Vouzela, o estabelecimento de medidas preventivas destina-se não só a salvaguardar os objectivos estratégicos definidos para esta revisão, entre os quais se salienta a criação de novas áreas industriais, como também a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam comprometer ou tornar mais onerosa a execução do Plano de Pormenor que está a ser elaborado para a área.

A não implementação das medidas preventivas acarreta o risco de, por alteração das características do local, poder vir a não ser possível a execução da ampliação da Zona Industrial da Campia, o que é muito mais gravoso do que a limitação que decorre do estabelecimento de medidas preventivas, tendo em atenção o interesse demonstrado por diversos empresários em implantar a sua unidade industrial nas imediações da referida zona industrial.

Por outro lado, um dos objectivos estratégicos da revisão do Plano Director Municipal de Vouzela, em curso, é o desenvolvimento da freguesia de Campia que visa a afirmação do tecido empresarial existente, no contexto nacional e até internacional, e a criação de condições que possibilitem o surgimento de empresas/serviços de apoio que complementem e contribuam para o fortalecimento do tecido empresarial existente.

É ratificado o **Plano de Pormenor da Quinta do Outeiro – Freguesia de Avanca, no município de Estarreja**.

A ratificação do presente Plano destina-se a colmatar o carácter, até agora, mono funcional da Vila de Avanca, caracterizado pela concentração de áreas de equipamento a funcionar sem enquadramento urbano adequado.

Importa considerar que contiguamente ao presente Plano de Pormenor existem três grandes equipamentos: Escola C+S de Avanca (com área de 18 225 m²), Pavilhão Gimnodesportivo de Avanca (com área de 5 600 m²) e o Complexo Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico (com área de 6 600 m²).

Também por Resolução do Conselho é ratificado o **Plano de Pormenor de S. Silvestre, no município de Celorico de Basto**.

A presente Resolução visa adoptar uma nova estratégia global de desenvolvimento urbano para a zona Oeste de Celorico de Basto, a qual passa pela implantação de equipamentos públicos, nomeadamente a biblioteca municipal.

Ratifica-se parcialmente o Plano de Pormenor para **Expansão da Zona Industrial da Tapada do Lago, no município de Alter do Chão**.

Com esta Resolução, pretende-se alcançar a consolidação e expansão urgente da zona industrial, de forma a dar resposta às necessidades de modernização das indústrias já existentes, bem como a implementação de novas indústrias, tendo em vista o desenvolvimento económico e social do município

Ratificada a **suspensão parcial do Plano Director Municipal de Esposende**.

O Governo resolve ratificar a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Esposende, para desta forma permitir a construção de uma escola básica do 2º e 3º ciclos, necessária para a população do Concelho em idade escolar, população essa que tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos.

Noutra ratificação de **suspensão parcial de Plano de Pormenor**, foi contemplado o plano **da Almuinha Grande, no município de Leiria**.

Através deste diploma possibilita-se a execução das acessibilidades necessárias ao Estádio Municipal de Leiria, que foi um dos seleccionados para a realização dos jogos do EURO-2004, mais especificamente a ligação do IC2 à zona desportiva, o que se concretiza com a execução da ponte rodoviária sobre o Rio Lis.

Nomeados os membros do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa

Por Resolução do Conselho de Ministros são nomeados os membros do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, E.P.

O Conselho de Ministros resolve nomear, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, para um mandato de três anos, o Engenheiro Carlos Alberto Mineiro Aires para o cargo de Presidente do Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa, E.P., e para vogais do mesmo órgão, o Engenheiro Luis Manuel de Oliveira Gama Prazeres, o Licenciado Arnaldo José Pinto de Oliveira Pimentel, o Licenciado José Maria Franco O'Neill, e por designação do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para um mandato de três anos, Pedro Augusto da Cunha Pinto, para o cargo de vogal do Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa, E.P.

Proposta de Lei sobre Infracções ao regime jurídico da actividade vitivinícola

Foi aprovada uma Proposta de Lei que autoriza o Governo a legislar sobre as infracções ao regime jurídico aplicável à vinha, à produção, ao comércio, à transformação e ao trânsito dos vinhos e dos produtos de origem vitivinícola e às actividades desenvolvidas neste sector.

Para além da reforma institucional do sector vitivinícola, constitui orientação estratégica do Governo estabelecer um regime de infracções destinado a dissuadir eficazmente tais

práticas no âmbito do referido sector, permitindo a adequação efectiva das sanções à gravidade e benefícios resultantes da actividade ilícita e clarificando o papel a desempenhar neste contexto pelas diversas entidades com funções no sector.

Nesse sentido, o presente diploma visa obter autorização da Assembleia da República para aprovar um regime adaptado à especificidade desta matéria, agravando as penas relativas às infracções mais graves e criando mecanismos cautelares que permitam uma actuação célere e eficaz das autoridades fiscalizadoras. Pretende-se, desta forma, evitar a impunidade dos infractores e minorar as repercussões negativas dos actos ilícitos.

Este regime acolherá também uma disciplina específica para defesa das denominações de origem e indicações geográficas respeitantes a produtos vitivinícolas. A especial relevância que estas designações assumem no nosso país e a importância estratégica do sector vitivinícola justificam, assim, um padrão sancionatório mais severo do que o previsto para a generalidade das infracções económicas e contra a propriedade industrial, que deixarão de estar sujeitas ao regime previsto no Decreto-Lei n.º 28/84 e no Código

Núcleo urbano da Brandoa declarado área crítica de recuperação

O Conselho aprovou um Decreto que declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística a área do Núcleo Urbano da Brandoa e concede ao município da Amadora o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, de terrenos ou edifícios situados nesta área.

O Núcleo Urbano da Brandoa tem um conjunto de carências que só poderão ser erradicadas mediante uma intervenção integrada de requalificação e valorização, essencial para promover a coesão do território metropolitano.

Deste modo, torna-se necessário atingir objectivos de qualificação e promoção, subjacentes à vontade política local e nacional, o que pressupõe uma articulação e compatibilização entre os programas dos diversos níveis da Administração, de forma a otimizar as iniciativas públicas e a afectação dos respectivos recursos financeiros, com incidência territorial comum.

Neste sentido, o Governo resolveu declarar como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Núcleo Urbano da Brandoa, de forma a possibilitar a sua requalificação urbana, bem como a conceder ao município da Amadora direito de preferência sobre a alienação onerosa de terrenos e edifícios nela situados, sem dependência de prazo, até à extinção da declaração de área crítica de recuperação e reconversão urbanística.

da Propriedade Industrial.

Pensões de aposentação do pessoal da Radiodifusão Portuguesa

Por Decreto-Lei é transferida para a Caixa Geral de Aposentações a responsabilidade pelos encargos com as pensões de aposentação do pessoal da Radiodifusão Portuguesa, S. A., subscritor da CGA não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 90/99, de 22 de Março.

O presente Decreto-Lei visa complementar a transferência de responsabilidades iniciada com o acima citado diploma de 1999. De facto, a solução encetada com o Decreto-Lei n.º 90/99 é agora complementada com a transferência para a CGA dos encargos com as pensões de aposentação do pessoal da RDP, aposentado ou no activo, que, nos termos do artigo 63.º do Estatuto da Aposentação, ainda compete àquela empresa suportar.

Atinge-se, assim, uma situação mais clara e transparente, ficando cada uma das instituições envolvidas apenas com as responsabilidades que se adequam à sua natureza.

Acresce que a sustentabilidade financeira da CGA não é afectada por esta medida, uma vez que a RDP fica obrigada a entregar-lhe o valor, devidamente calculado, correspondente à totalidade das responsabilidades financeiras agora transferidas. Por outro lado, a partir do dia 1 do mês seguinte ao da entrada em vigor do presente diploma, a RDP entregará mensalmente à CGA, para além das quotas do pessoal ao seu serviço inscrito naquela Caixa, uma contribuição de montante igual ao que, relativamente a esses trabalhadores, lhe competiria pagar, como entidade patronal, no âmbito do regime geral de segurança social.

Revogados os regimes de crédito bonificado em novas operações de crédito à habitação

O Conselho decidiu aprovar um Decreto-Lei que revoga os regimes de crédito bonificado, regulados pelo Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro, relativamente à contratação de novas operações de crédito, destinadas à aquisição, construção e realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria permanente.

O presente Decreto-Lei extingue os regimes de crédito bonificado para a contratação de

novas operações de crédito, destinadas à aquisição, construção e realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria permanente, regulados pelo Decreto-Lei n.º 349/98, que se já se encontravam suspensos nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio, e do artigo 7.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro.

Aprovado o novo regime jurídico das operações económicas e financeiras com o exterior e das operações cambiais.

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 25/2003, de 17 de Julho, o Conselho aprovou, por Decreto-Lei, o novo regime jurídico das operações económicas e financeiras com o exterior e das operações cambiais.

De entre as inovações introduzidas por este Decreto-Lei, é de destacar a possibilidade dada a empresas não financeiras de realizarem certo tipo de operações cambiais, quando associadas à sua actividade principal (o chamado “câmbio manual”), as quais serão obrigatoriamente enquadradas por um contrato a celebrar com entidades autorizadas a exercer o comércio de câmbios e registado no Banco de Portugal.

No que respeita ao regime contra-ordenacional, autonomizam-se os ilícitos cambiais resultantes do exercício de actividades não autorizadas, substitui-se o critério de mera proporcionalidade aritmética, em função do valor dos bens e direitos a que respeita a infracção, por um quadro de critérios gerais de graduação da sanção e transfere-se a competência para a aplicação das sanções do Ministro das Finanças para o Conselho de Administração do Banco de Portugal.

Segurança das operações de carga e de descarga de navios graneleiros

Para transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva 2001/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Dezembro de 2001, relativa às normas e procedimentos harmonizados para a segurança das operações de carga e de descarga de navios graneleiros, alterada pela Directiva 2002/84/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002 foi aprovado um Decreto-Lei cuja aprovação decorre do facto de as investigações de acidentes com esse tipo de navios, causados por falhas estruturais, terem vindo a concluir que na sua origem estão práticas

incorrectas, ocorridas durante as operações de carga e descarga das cargas sólidas a granel.

Com efeito, a incorrecta condução das operações de carga ou descarga dos navios graneleiros pode causar na sua estrutura tensões superiores às admissíveis, danos mecânicos ou desgaste dos elementos estruturais, conduzindo ao colapso da viga do navio ou à perda da estanqueidade do forro do casco do navio.

No sentido de reduzir os riscos dessas avarias, capazes de causar a perda dos navios e atentar contra a vida dos tripulantes, assume particular relevo o estabelecimento de procedimentos harmonizados de cooperação e comunicação, entre os navios e os terminais, e dos respectivos requisitos de aptidão.

A segurança dos navios graneleiros e das suas tripulações sai reforçada com o fomento de uma cultura de segurança e de qualidade no interface porto/navio, onde

assumem particular relevo aspectos como a normalização dos procedimentos, a comunicação navio/terminal, em tudo o que diga respeito às operações de carga e descarga, à formação e ao treino das pessoas, à divulgação das características dos portos e terminais e dos seus planos de emergência, à manutenção programada dos equipamentos e à sua certificação.

O desenvolvimento, aplicação e manutenção de um sistema de gestão da qualidade pelos terminais, compatível com as normas adoptadas pela Organização Internacional de Normalização, permite assegurar que a cooperação e a comunicação dos procedimentos e das operações efectivas de carga e descarga sejam planeadas e executadas num quadro harmonizado, internacionalmente reconhecido e controlado.

Tratamento de dados pessoais e protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas

O Governo decidiu apresentar no Parlamento, uma Proposta de Lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas.

A Directiva sobre a privacidade e as comunicações electrónicas vem procurar responder às exigências específicas de protecção de dados pessoais e da intimidade dos assinantes e utilizadores, introduzidas nas redes de comunicações públicas pelo desenvolvimento de tecnologias digitais avançadas e pelo surgimento de novos serviços de comunicações electrónicas.

O que se pretende agora é uma extensão do âmbito da protecção a todo o tipo de comunicações electrónicas, independentemente da tecnologia utilizada. Neste sentido, o presente diploma revoga a anterior Lei n.º 69/98 que, fruto das novas formas de recolha, tratamento e transmissão de dados pessoais, se encontra hoje tecnologicamente desactualizada.

Prosseguindo os objectivos descritos, este diploma procura garantir a segurança das redes, bem como dos serviços de comunicações electrónicas prestados, garantindo o mesmo nível elevado de segurança ao conteúdo das próprias comunicações e respectivos dados de tráfego. Procura-se também compatibilizar a protecção da vida privada e o sigilo da correspondência das pessoas singulares e a tutela dos interesses legítimos das pessoas colectivas com as necessidades técnicas da prestação dos serviços pelas empresas que oferecem redes e/ou serviços de comunicações electrónicas.

Especial atenção merecem ainda, pelas suas características, os dados de localização, cujo tratamento é permitido apenas se os mesmos forem tornados anónimos ou, para efeitos da prestação de serviços de valor acrescentado, desde que seja obtido o consentimento por parte dos assinantes ou utilizadores a que respeitam os dados.



Novos ministros

Graça Carvalho assume o MCES e Teresa Gouveia volta ao Governo com a reunião CIG no horizonte



Teresa Gouveia, a nova Ministra dos Negócios Estrangeiros

Na sequência da apresentação dos pedidos de finalização do desempenho de funções ministeriais no Governo, pelos detentores das pastas do Ensino Superior e Ciência, Prof., Pedro Lynce e Negócios Estrangeiros, Embaixador Martins da Cruz, o Primeiro Ministro escolheu, para ocupar a chefia daqueles ministérios, Maria da Graça Carvalho (MCES) e Teresa Gouveia (MNE)

A nova ministra dos Negócios Estrangeiros.

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia, 57 anos, ocupava a presidência da Fundação de Serralves, para a qual tinha sido nomeada em substituição de João Marques Pinto em Janeiro de 2001, a tempo da abertura oficial do "Porto Capital da Cultura 2001". Representava até agora o governo português, no Grupo de Reflexão encabeçado pelo ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, para a reforma da comunidade ibero-americana e nessa qualidade participou na reunião de chefes das diplomacias ibero-americanas do passado dia 01 de Outubro no Estoril.

Irmã de António Patrício Gouveia, chefe de gabinete de Sá Carneiro e com ele falecido em Camarate, o seu percurso político é marcado pela discrição e reserva da vida privada.

Deputada social-democrata desde 1987, foi sucessivamente eleita pelos círculos de Lisboa (1987-95), Beja (1995-99) e Porto (desde 1999).

Nesta qualidade, durante a legislatura de 1995-99, integrou a comissão parlamentar de Negócios Estrangeiros, tendo na actual legislatura assumido a vice-presidência da comissão de Assuntos Europeus e Política Externa. Integra ainda a comissão parlamentar de Defesa.

Nos governos de Aníbal Cavaco Silva, Teresa Gouveia ocupou sucessivamente os cargos de secretária de Estado da Cultura (1985-1989), secretária de Estado do Ambiente (1991-1993) e ministra do Ambiente (1993-1995).

Antes, dirigira o gabinete das relações internacionais do Ministério da Cultura e Coordenação Científica (1982-1985) e esteve dois anos à frente do gabinete de Relações Culturais

Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1981-82), quando André Gonçalves Pereira era o titular da pasta.

Teresa Gouveia passou também pelo Conselho da Europa, onde desempenhou as funções de vice-presidente e presidente do Comité director de Cooperação Cultural (1984-87).

Nascida em Lisboa a 18 de Julho de 1946, é licenciada em História pela Universidade Clássica de Lisboa.

Primeira tarefa, a defesa dos interesses de Portugal, na Conferência Intergovernamental

Teresa Gouveia, enfrenta a partir de segunda-feira o seu primeiro grande desafio ao defender os interesses portugueses na Conferência Intergovernamental (CIG), no Luxemburgo.

No mesmo dia em que participa na segunda sessão ministerial para a redacção da Constituição europeia, Teresa Gouveia terá um primeiro contacto com os seus colegas europeus na reunião dos Assuntos Gerais da União Europeia (UE).

Inscrita nas Grandes Opções do Plano (GOP) para 2004 em matéria de política externa, a participação de Portugal na reforma das instituições comunitárias tem a sua expressão máxima nos trabalhos da CIG, inaugurada sábado passado em Roma e que prevê, até Dezembro, mais quatro sessões a nível ministerial e mais duas de chefes de Estado e de governo, tendo de gerir um "dossier" de importância estratégica para Portugal.

Da agenda interna da Ministra, constam as reformas já em curso na rede consular que determinou a extinção de alguns Consulados, com uma orientação política que terá de ser enquadrada nas dotações orçamentais previstas. Outra questão que desde logo, se coloca a Teresa Gouveia, prende-se com a continuidade da reestruturação de Setembro de 2002, destinada a operar uma mudança de mentalidades e uma adopção de novos métodos de trabalho.

Da mesma forma, caber-lhe-á decidir sobre a confirmação ou não da mais recente movimentação diplomática no estrangeiro, que data de Agosto mas



Ministra do Ensino Superior e Ciência, Graça Carvalho

não foi até ao momento concluída, envolvendo uma dezena de embaixadores. - Lusa

Maria da Graça Carvalho é nova ministra da Ciência e Ensino Superior

Maria da Graça Carvalho já pertencia à equipa do anterior Ministro, desde Dezembro de 2002, chefiando o Gabinete de Relações Internacionais de Ciência e Ensino Superior (GRICES).

A nova ministra tem todo um percurso profissional ligado à investigação. Com 48 anos, em 2002 foi condecorada pelo Presidente da República com a designação de Grande Oficial da Ordem de Instrução Pública, desempenhava o cargo de directora-geral do serviço responsável pela cooperação internacional nos domínios da ciência, tecnologia e ensino superior.

Nascida em Beja, a 09 de Abril de 1955, licenciou-se em 1978 em Engenharia Mecânica,



Novos Ministros nos Negócios Estrangeiros e na Ciência e Ensino Superior

Criada a Secretaria de Estado das Florestas, com J.M.Soares



O novo Secretário de Estado das Florestas, Eng.º. João Soares

ramo de Termodinâmica Aplicada no Instituto Superior Técnico, escola à qual ficou ligada durante anos ao desempenhar vários cargos de docência.

No âmbito das suas actividades junto do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES), aquela que será a terceira mulher no governo de coligação PSD/CDS-PP era, desde Fevereiro de 2003, representante no comité de Educação da União Europeia e delegada do Comité para a política Científica

e Tecnológica da OCDE (Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) desde Dezembro de 2002.

Apesar de não ter desempenhado até ao momento nenhum cargo governativo, Maria da Graça Carvalho conta no seu curriculum com algumas experiências de conselheira.

Entre Janeiro e Junho de 2000 aconselhou o ministro do Ambiente, José Sócrates, no programa “Alterações Climáticas” no âmbito do protocolo de Quioto durante a presidência portuguesa da União Europeia.

A nova ministra desempenhou ainda o cargo de vice-presidente da Ordem dos Engenheiros.

– **Lusa**

Criada a Secretaria de Estado das Florestas João Manuel Soares é o novo Secretário

O primeiro-ministro tomou oficial a criação da nova Secretaria de Estado das Florestas, na dependência do Ministério da Agricultura, ao propor na quinta-feira, dia 9, ao Presidente da República a nomeação de João Manuel Soares para secretário de Estado das Florestas.

O novo secretário de Estado, que já tomou posse no palácio de Belém, terá como missão assegurar a coordenação intergovernamental das questões respeitantes às florestas.

João Manuel Soares, 55 anos, é engenheiro agrónomo. Administrador da Portucel Florestal desde Maio de 2001, é vice-presidente do Comité Florestal da Confederação da Indústria Papelreira, desde 1996. Foi ainda membro, entre 1986 e 1994, do Comité Consultivo do sector das madeiras da União Europeia.

A criação da Secretaria de Estado surge na sequência da vaga de incêndios que atingiu Portugal, e que levou o primeiro-ministro, José Manuel Durão Barroso, a empenhar-se numa reforma estrutural da floresta. - **Lusa**

Marques Mendes na abertura do ano lectivo no I Superior da Maia

“Não se pode estar no século XXI com uma administração que se rege por regras do século XIX”. Foi esta a mensagem que o ministro dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Mendes, quis deixar no dia 4, na sessão solene de abertura oficial do ano lectivo do Instituto Superior da Maia (ISMAI). E foi também o pretexto para este governante evidenciar a necessidade de levar a cabo a reforma da Administração Pública, lembrando os problemas e as soluções já discutidas pela actual maioria PSD-CDS/PP para tentar construir uma nova administração pública.

Marques Mendes apelou à concretização da “reforma das reformas”, sublinhando que a “Administração Pública não tem, nem de longe nem de perto, a qualidade que pode e deve ter” e que, “da forma como está estruturada não é factor de competitividade para a economia, pelo contrário, em muitas ocasiões, é um empecilho às empresas e aos investidores”. Acrescentou, ainda, que Administração Pública “foi o único sector onde não se enquetou uma mexida com cabeça, tronco e membros”, desde o 25 de Abril.

Apresentando aqueles que, na sua opinião, são os quatro elementos estruturantes desta reforma, começou por referir a dimensão do Estado português, considerando-o “grande demais”, pois tem a tentação de intervir tanto no que é “essencial” como no que é “acessório”. Segundo o ministro, a solução estará na transferência do “acessório” para a iniciativa privada e social, sempre sob a regulação estatal.

Marques Mendes considerou também que se deve “premiar o mérito” e “acabar com a promoção automática”, defendendo a introdução de uma nova cultura de avaliação dos funcionários, dirigentes e serviços. Além disso, “os serviços do Estado devem funcionar por objectivos, como as empresas”, disse.

O ministro revelou, perante os alunos e professores do ISMAI, que é essencial que a Administração Pública seja dotada de uma liderança “exigente e eficaz”. Neste sentido, há alterações de filosofia a introduzir, como a simplificação dos concursos públicos e a limitação de mandatos “para estimular a renovação”. E, por último, Marques Mendes alertou para a necessidade dessa desejada nova Administração Pública vir a apostar nas novas tecnologias, no contexto da sociedade de informação.





Concelhia de Aveiro

Ciclo de debates sobre Turismo Regional

Realizou-se a 2 de Outubro, no DEGEI – Departamento de Economia e Gestão Industrial da Universidade de Aveiro, uma conferência-debate com o Secretário de Estado do Turismo, Luís Correia da Silva, Professor Carlos Costa da Universidade de Aveiro e Suzana Esteves, licenciada em Gestão e Planeamento em Turismo.

Esta sessão de debate e esclarecimento foi organizada pela Comissão Política do Concelho de Aveiro do PSD, no âmbito do seu ciclo de debates intitulado “Reflectir por Portugal! Afirmar Aveiro!” e teve como moderador o seu Presidente, Ulisses Pereira.

Em discussão estiveram temas como a classificação, pelo Primeiro-Ministro, do Turismo como o “eixo central do novo modelo de desenvolvimento económico do país” (Maio de 2003, Vilamoura), modelos

de desenvolvimento relativamente à oferta de alojamento, transporte, equipamentos e cultura, adequação da legislação e estrutura do sector aos novos desenvolvimentos turísticos mundiais, a aposta na formação turística, especialmente ao nível da aquisição de competências técnicas de base e a importância da investigação para o desenvolvimento do turismo nacional, bem como a procura turística e sua importância na definição da oferta nacional, tipo de investimentos prioritários a defender, a importância da candidatura à America's Cup e o Euro 2004.

Esta sessão foi bastante concorrida, com mais de uma centena de participantes, tendo o debate que se seguiu às intervenções dos oradores principais sido bastante animado.

Prossegue assim a Secção de Aveiro do PSD o seu esforço no



sentido de debater grandes temas de interesse nacional numa lógica de abertura a todos os interessados e a

sociedade em geral, o que tem sido conseguido a avaliar pelo número crescente de presenças e intervenções.

Concelhia de Ovar

Traçado definitivo do IC – 1 Debate sobre descentralização Tarifas de saneamento indignam

A Comissão Política do PSD de Ovar vem por este meio manifestar publicamente a sua congratulação pela resolução definitiva do traçado do IC1 em Estarreja.

De acordo com o anúncio feito pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, em visita recente ao concelho de Estarreja, o troço do Itinerário Complementar nº 1 (IC1) neste concelho, será a ponte da cidade, procurando servir melhor as populações dos municípios de Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha. Esta tomada de decisão em tempo útil, vai permitir à população do concelho de Ovar

beneficiar de uma ligação rápida e segura para Sul, nomeadamente, à capital do distrito de Aveiro, sem necessidade de utilização da Auto-Estrada e do pagamento da respectiva portagem.

O PSD de Ovar recorda que o IC1 chegou a Ovar (troço Miramar-Maceda) ainda no tempo do PSD em 1995, sofreu um longo impasse nos governos do PS até 2001 e teve agora um impulso muito positivo com o actual governo que resolve definitivamente o impasse criado pelo governo anterior e corresponde integralmente à vontade das populações dos concelhos vizinhos.

Esta foi, de resto, uma promessa eleitoral do PSD que agora se cumpre por inteiro, marcando a diferença de actuação de um governo que decide, que tem coragem e que cumpre os seus compromissos e as suas obrigações.

A descentralização em debate

A Concelhia promoveu uma conferência sobre “Descentralização: Que Localização para o Concelho de Ovar no novo mapa geo-estratégico regional?”.

A iniciativa surgiu no âmbito das “Conferências da Nova Alternativa” e realizou-se na sexta-feira, dia 3 no Auditório do Orfeão de Ovar e contou com as intervenções do Professor Doutor Artur Rosa Pires, catedrático da Universidade de Aveiro, do eng.º Juvenal Peneda, Presidente dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto, e do dr. Castro Almeida, Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira.

O tema da Descentralização ascendeu à primeira linha da actualidade com a entrada em vigor da Lei nº 10/2003 de 13 de Maio, que prevê a criação de novas áreas metropolitanas e comunidades urbanas. A nova lei visa sobretudo promover a descentralização administrativa e a sua concretização pressupõe uma mudança na organização territorial supramunicipal. Neste contexto, a discussão de sexta-feira, centrou-se no

papel que caberá a Ovar na nova definição regional e quais as hipóteses que se colocam ao concelho para a integração numa destas novas formas de organização institucional.

Inadequado e despropositado o novo plano de tarifas de saneamento

A Comissão Política do PSD de Ovar considera inadequado e despropositado o novo plano de tarifas de saneamento praticado pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ovar (SMAS), que apresenta custos muito penalizadores para os utentes dos serviços.

O PSD de Ovar compreende e associa-se à indignação dos munícipes que estão a ser fortemente lesados, manifestando a sua crítica sobre a forma como as profundas alterações foram implementadas, sem que previamente tivesse sido prestada qualquer informação adequada e esclarecedora aos utilizadores dos serviços.

Tendo tomado devida consciência dos plenos efeitos do novo plano tarifário, o PSD de Ovar analisou de uma forma séria e responsável o novo modelo de funcionamento do sistema de recolha e tratamento de saneamento no concelho de Ovar e concluiu que existem alternativas viáveis e menos pesadas para o bolso dos consumidores.

– CPS, Ovar



Largo do Pelourinho, um ex-libris de Ovar

O Conselho Nacional de 7 de Outubro deliberou sobre autarquias, mandatos, o referendo, a revisão constitucional e as eleições para o Parlamento Europeu

Reuniu-se na noite de terça-feira passada, o Conselho Nacional do PSD. Nas curtas declarações que fez à Informação, Durão Barroso esclareceu que a reunião apenas por coincidência, se efectuava na ocasião do processo de demissão dos ministros dos Estrangeiros e Ciência e defendeu a realização de referendo ao tratado europeu no mesmo dia das eleições europeias.

O Primeiro-Ministro elogiou Pedro Lynce e Martins da Cruz pelo serviço que prestaram e adiantou que ambos deixaram o Governo porque assim o entenderam.

O primeiro-ministro adiantou ainda «que os momentos difíceis fazem parte da política» e que o Governo sabe enfrentar as dificuldades. «É tempo de seguir em frente», constatou.

Durão Barroso falou da reforma do sistema político, das eleições europeias e da política nacional até 2006.

Depois de negociações com o parceiro de coligação, o chefe de Governo revelou que o PSD pretende avançar para as eleições europeias de 2006 acompanhado do CDS-PP, seu parceiro de coligação no Governo.

Durão Barroso defendeu também a realização do referendo à constituição europeia no dia das eleições europeias, para garantir uma maior participação dos portugueses. Esta data ainda não está definida.

Para o primeiro-ministro, como a constituição portuguesa tal não o permite, é preciso fazer a revisão ao texto. Durão Barroso adiantou que “não se revê”



na actual constituição e por isso é preciso alterá-la de forma significativa, ao contrário do que tem dito o PS.

O chefe do Governo defendeu, perante os conselheiros, que o PSD deve apresentar uma proposta de revisão profunda da Constituição, pois uma revisão cirúrgica e pontual, limitada a uma ou duas questões, daria a ideia de que o maior partido estaria “acomodado” ao poder. O primeiro-ministro também avançou que, uma vez que estão em coligação com o CDS, devem apresentar um ante-projecto comum de revisão constitucional, o que depois seria reafirmado, em conferência de imprensa, por Pedro Santana Lopes

O Chefe do Governo defende a constituição dum Senado de componente regional, a limitação dos mandatos nos altos cargos públicos e políticos, assim como a redefinição da imunidade dos titulares de cargos políticos.

Quanto à evolução da Economia, Durão Barroso afirmou também que já são visíveis os primeiros sinais de recuperação económica, embora ainda ténues.

As decisões finais da reunião da Comissão Política do PSD vão ser apresentadas nas jornadas parlamentares dos social-democratas que vão decorrer na Madeira na próxima semana. – **Lusa e Público**

Damos em seguida os textos das deliberações do Conselho:

Deliberação do Conselho sobre autarquias e mandatos

1 – Introduzir o sistema da lista única para a Assembleia Municipal, assumindo o cargo de Presidente da Câmara o primeiro candidato da lista mais



votada.

2 – A distribuição do número de mandatos para cada lista será efectuada através da aplicação do sistema proporcional pelo método da média mais alta de Hondt. Nos casos em que a aplicação do método referido não proporcione um executivo maioritário, serão retirados às listas menos votadas os mandatos necessários, pelas médias mais baixas resultantes do método de Hondt, até se verificar a maioria de mandatos (50% + 1) para a lista mais votada.

3 – Deve ser garantida a representação no órgão executivo da autarquia de quem, pelo voto, tenha alcançado esse direito.

4 – O Presidente da Câmara Municipal escolhe os Vereadores de entre os eleitos para a Assembleia Municipal. O primeiro candidato de cada uma das outras listas e/ou partidos menos votados escolhem os restantes Vereadores em função do número de mandatos alcançados.

5 – Manter a figura da “Moção de Censura” ao Executivo Municipal e/ou ao Presidente da Câmara, apenas com o efeito político e não com consequência de destituição.

6 – A aplicação do princípio da limitação de mandatos aos cargos públicos deverá incidir sobre os seguintes titulares (Presidentes de Conselhos de Administração de Empresas e Institutos Públicos, incluindo-se aqui entidades reguladoras; Directores Gerais, Directores Regionais; outros cargos equiparados aos anteriores; Deputados; Presidentes de Câmara Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia.

7 – O número de mandatos dos cargos referidos anteriormente deverá ser de três consecutivos.

8 – No que se refere à dissolução dos órgãos autárquicos, só terá eficácia se, em segunda rejeição do Plano e Orçamento, a mesma for votada por maioria de dois terços dos seus membros.





O Conselho Nacional (Conclusão)

Acordo com o parceiro de coligação e aprofundamento da autonomia insular



Deliberação sobre referendo e revisão constitucional

Estando neste momento a Assembleia da República investida em poderes para realizar uma revisão ordinária da Constituição da República, cujo processo formalmente se abrirá imediatamente após a apresentação de projecto, por qualquer Deputado ou grupo parlamentar;

Considerando a vigência do Acordo de Convergência Democrática entre o PSD e CDS/PP que, naturalmente, implica a necessidade de uma procura de concerto político com este nosso parceiro de coligação;

Considerando ainda a exigência política e constitucional de a revisão passar obrigatoriamente pelo concurso de dois terços dos votos, o que pressupõe a realização de uma negociação política e a aproximação de posições que favoreçam a aprovação dos nossos objectivos políticos;

O Conselho Nacional delibera:

Mandarar a Comissão Política Nacional e o Grupo Parlamentar, sob a orientação daquela, para:

a) Aprovar um anteprojecto de revisão constitucional que consagre como propostas essenciais:

- a reforma do poder legislativo, por via da instituição de um Senado que assegure uma adequada e equitativa representação das comunidades territoriais;
- o aprofundamento do regime autonómico insular, na esteira do aprovado pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira e pela Comissão Política Regional do PSD Açores;
- a limitação à renovação de mandatos de cargos políticos e altos cargos públicos;
- a redefinição do princípio da imunidade dos titulares de cargos políticos, reconduzindo-o aos actos praticados no exercício e por causa do exercício das respectivas funções;
- a extinção da Alta Autoridade para a Comunicação Social e a sua substituição por uma entidade reguladora independente;
- a compatibilização do texto da lei fundamental portuguesa com o texto previsível do futuro Tratado Constitucional da União Europeia;
- a alteração ao regime constitucional do referendo, por forma a permitir a eventual realização de um referendo sobre o Tratado Constitucional em simultâneo com as eleições para o Parlamento Europeu;
- a desconstitucionalização da figura do governador civil;
- a confirmação de anteriores propostas constitucionais apresentadas pelo PSD, como a extinção da inconstitucionalidade por omissão;

Acordo com o CDS para um projecto de revisão comum

b) Procurar estabelecer com o CDS/PP um acordo que possibilite a

concertação para a apresentação de um projecto de revisão comum, que salvguarde o essencial das nossas propostas;

c) Encetar as necessárias negociações com o PS para garantir a concretização da revisão da Constituição.

Deliberação sobre o Parlamento Europeu

Sobre a preparação das eleições para o Parlamento Europeu de Junho de 2004, o Conselho deliberou:

Considerando a conveniência de que os órgãos de direcção política do Partido nos diversos escalões estejam em pleno funcionamento e estabilidade, a fim de maximizar a capacidade de resposta aos desafios que enfrentamos, nomeadamente nas próximas eleições para o Parlamento Europeu;

Consequentemente, à semelhança de procedimentos adoptados no antecedente, a Comissão Política Nacional, sob proposta do Secretário-Geral, reunida em 7 de Outubro de 2001, deliberou recomendar aos órgãos competentes do Partido:

- Que os órgãos de direcção política do Partido nos diversos escalões distritais e concelhios cujos mandatos vençam entre Janeiro e Agosto de 2004 antecipem ou adiem as eleições, de modo a que as mesmas não tenham lugar durante aquele período.

- Lisboa, 7 de Outubro de 2003



O Primeiro-Ministro no Parlamento

Durão Barroso informa e esclarece como na Conferência Intergovernamental se preparam mudanças profundas na UE

No passado dia 10, registou-se na Assembleia da República o debate mensal com a presença do Primeiro-Ministro, que já compareceu mais vezes antes os eleitos do Povo, para explicar e discutir a política e as decisões do seu Governo, que o somatório de todos os chefes de Governo anteriores, numa pedagogia democrática que não podemos deixar de destacar .

Mais uma vez Durão Barroso abordou um tema da maior actualidade – a Europa e as transformações a que estamos a assistir – e mais uma vez a Oposição tentou mudar o rumo, para eventos meramente mediáticos e sem estatura de acontecimentos de Estado, usando por vezes uma linguagem pouco ou nada própria do lugar e da ocasião (veja o Editorial desta edição).

Na sua intervenção de abertura, o Primeiro-Ministro disse:

«Senhor Presidente, senhores Deputados:

«Iniciou-se no passado dia 4 de Outubro a Conferência Intergovernamental para a revisão dos Tratados da União Europeia. É um momento de particular significado para a Europa e para Portugal.

«A vida da União Europeia vai mudar. Serão, tudo o indica, mudanças profundas. Mudanças que terão reflexos importantes na vida dos europeus ao longo das próximas décadas. Mudanças com particular relevância para Portugal e para a vida futura dos Portugueses.

«Numa altura decisiva do nosso futuro colectivo só pode haver uma atitude – afirmar o projecto europeu, defender o interesse nacional.»

«Um cenário desta natureza exige de Portugal clareza de posições e o reforço do importante consenso europeu que há anos tem existido no nosso País.

«Numa altura decisiva do nosso futuro colectivo só pode haver uma atitude – afirmar o projecto europeu, defender o interesse nacional.

«Senhor Presidente, senhores Deputados: Há três princípios fundamentais que orientam a posição de Portugal e que devem ser especialmente sublinhados nesta nova fase da construção europeia:

Primeiro – O princípio da igualdade entre todos os Estados Membros da União. É um princípio que releva do facto indiscutível de, na base da União Europeia, estar a vontade de Estados que constituem a primeira organização política para nações que não prescindem da sua identidade.

Segundo – O princípio da coesão e da solidariedade, sem o qual não pode haver qualquer forma de integração política. O projecto europeu não é meramente técnico ou económico. Sem coesão e sem solidariedade, a União Europeia careceria de sentido.

Terceiro – O método comunitário,



verdadeiro motor do processo de integração europeia. Queremos uma União Europeia que funcione de modo a termos uma Europa mais pujante e mais forte. Não aceitamos uma Europa paralisada, sem capacidade de decisão, e muito menos uma Europa de meros jogos de poder entre os seus Estados-membros.

«À luz destes princípios fundamentais consideramos uma boa base de trabalho o projecto de Tratado Constitucional recentemente aprovado pela Convenção Europeia. Mas desejamos esclarecer, debater e aperfeiçoar matérias que,

legitimamente, nos suscitam ainda dúvidas ou reservas.

«Desde logo, a questão da figura do futuro Presidente do Conselho Europeu. São legítimas algumas apreensões iniciais à consagração deste novo cargo institucional. Trata-se agora de procurar assegurar que a Presidência do Conselho Europeu seja uma mais valia para o bom funcionamento da União Europeia.

«Por essa razão bater-nos-emos para que as funções do Presidente do Conselho Europeu fiquem claramente definidas de forma a minimizar potenciais conflitos inter-institucionais e de modo a evitar qualquer deriva no sentido de um “directório” europeu.

«E parece-nos essencial que o titular deste novo cargo seja eleito de acordo com o princípio de “um Estado um voto” e não por maioria qualificada.

«É uma questão de respeito pela igualdade entre todos os Estados – membros. Mas é também uma questão de respeito pela igualdade entre todos os cidadãos da União Europeia.

«Os mesmos princípios informam a posição de Portugal em relação à criação de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União. Esta figura poderá trazer maior coerência à acção externa da União Europeia. Mas é essencial que fique dependente não só do Conselho Europeu como também da Comissão.





O Primeiro-Ministro no Parlamento

As mudanças terão a maior relevância para Portugal e para os Portugueses ao longo das próximas décadas

«A repartição do poder entre os Estados-Membros no processo da tomada de decisão é outra questão essencial.

«É importante reflectir a verdadeira natureza da União: uma

podemos prescindir da consagração deste princípio elementar – o princípio da representação de todos os Estados-membros na Comissão Europeia.

«Na área da política de segurança

debate público e legitimação popular.

«É importante que o debate se faça, que os Portugueses participem, que a nossa sociedade não passe ao lado de opções essenciais para o seu futuro.

«Mas não basta debater. Chegará o momento de os portugueses serem chamados a decidir.

maior Partido da oposição. É importante o seu espírito de abertura e de cooperação. Poucos compreenderiam a sua recusa.

«E não me digam que é menos transparente ou menos democrática esta solução de fazer coincidir num mesmo dia referendo europeu e eleições europeias. Esta é a solução que será adoptada em vários países europeus. Por exemplo, aqui na nossa vizinha Espanha que justamente está a alterar a lei para tornar possível tal simultaneidade.

«Senhor Presidente, senhores Deputados: A solução do futuro não reside em menos Europa, mas sim em mais e melhor Europa.

«O interesse de Portugal é estar no centro do processo de construção europeia, nunca numa posição periférica ou marginal.

«Afirmar o projecto europeu e defender o interesse nacional não são posturas contraditórias. São atitudes convergentes. Boas para a Europa, boas para Portugal.

«É esta a orientação que nos anima. Estamos a fazer de Portugal um País mais próspero, mais justo e mais humano. Um País com credibilidade, com confiança no seu presente, com esperança no seu futuro. Um País moderno e desenvolvido, inserido e a dar um contributo positivo para uma Europa mais competitiva mas mais solidária.

«Assim se afirma o ideal europeu. Assim se defende o interesse nacional. Com firmeza e com ambição. Com vontade e com determinação.

«Como sempre, em nome de Portugal».



União de Estados, uma União de cidadãos.

Não podemos ser maiores. Mas podemos e devemos ser melhores!

«Sejam quais forem os critérios utilizados, a verdade é que o poder relativo de Portugal não permanecerá o mesmo. É uma evidência: a União vai passar de 15 para 25 Estados-membros. Mas o poder não é uma questão aritmética. É uma questão política. Mais importante que o cálculo ou ponderação de votos em que os ganhos ou perdas de um país com a nossa dimensão são, ao fim e ao cabo, marginais é a qualidade da nossa influência no processo de decisão. «Não podemos ser maiores. Mas podemos e devemos ser melhores. É assim no plano externo, afirmando o reforço do projecto europeu e evitando uma posição marginal ou periférica. É assim no plano interno, fazendo de Portugal um País credível, um País realmente moderno, um País verdadeiramente competitivo.

«A composição da Comissão é outra questão de especial relevância. É essencial garantir um Comissário para Portugal. Estamos abertos a todos os aperfeiçoamentos, mas não

e defesa somos igualmente claros. Esta é uma dimensão da União Europeia que queremos ver reforçada. Queremos uma Europa aberta ao Mundo, nunca uma Europa fechada sobre si própria. Todos os Estados-Membros que o queiram devem poder participar em cooperações com um número limitado de parceiros. A União Europeia deve ser um pólo de inclusão e de aglutinação. Nunca o seu contrário.

«Quero, por último, fazer uma consideração sobre o preâmbulo do novo Tratado.

«Consideramos importante uma referência à herança judaico-cristã na formação da identidade europeia. É uma questão de verdade e de rigor histórico.

«Recusar reconhecer uma verdade histórica não é apenas uma questão de falta de objectividade. É sobretudo abrir uma polémica inútil e contribuir para dividir os Europeus.

«A nossa atitude é outra: queremos unir em vez de dividir. E se falamos de princípios e de valores devemos reconhecer aqueles que estão na base da união da Europa.

«Senhor Presidente, senhores Deputados: As mudanças que se antevêm na União Europeia são profundas.

«Este tipo de mudanças exige

É absolutamente desejável que o referendo europeu ocorra em simultâneo com as próximas eleições para o Parlamento Europeu

«É desejável que se faça em Portugal um referendo sobre a nossa posição face à Europa. E é absolutamente desejável que o referendo europeu ocorra em simultâneo com as próximas eleições para o Parlamento Europeu.

«Em primeiro lugar porque as eleições europeias são o momento por excelência do grande debate europeu.

«Em segundo lugar porque essa é a forma mais eficaz de garantir uma ampla participação popular no referendo, assim criando as condições para o seu carácter vinculativo.

«É uma questão de elementar bom senso, sobretudo num ano – 2004 – em que Portugal já terá dois actos eleitorais: as eleições europeias e as eleições regionais dos Açores e da Madeira.

«Mas que sobre isto não haja qualquer dúvida ou ilusão:

«Fazer o referendo europeu no mesmo dia das eleições europeias só depende do apoio do Partido Socialista. Faço aqui um apelo ao



O Primeiro-Ministro no Parlamento

Um apelo ao Partido Socialista para apoiar a realização do Referendo na ocasião das eleições europeias

Notas sobre o debate

Os principais órgãos de informação portugueses noticiaram que no primeiro debate mensal na presente sessão legislativa, Durão Barroso procurou explicar sobretudo o que resultou da recente reunião da Conferência Intergovernamental de Roma em termos de aprovação de uma Constituição Europeia e tal como tinha feito no Conselho Nacional do PSD da anterior terça-feira, o primeiro-ministro lançou um apelo para que haja um referendo sobre matéria europeia em Portugal a 13 de Junho, em simultâneo com as eleições para o Parlamento de Estrasburgo.

Nos últimos dias, tanto membros do Governo, como o líder parlamentar do PSD, Guilherme Silva, têm alertado para a importância de legitimar a futura presença portuguesa numa União Europeia alargada através de referendo, consulta que “só terá níveis de participação aceitáveis caso se realize em simultâneo com as eleições para o Parlamento Europeu”, afirmou este deputado.

Para o efeito, o líder da bancada do PSD lançou um apelo ao PS para que aceite rever já a Constituição da República, de forma a possibilitar a realização de um referendo sobre Europa em simultâneo com as eleições para o Parlamento Europeu.

Ora, no debate com o Primeiro-Ministro, este desafio foi recusado pelo PS, cujo Secretário-Geral procurou desviar as atenções sobre a matéria trazida ao debate por Durão Barroso, para assuntos mediáticos que revelariam uma alegada “crise” no Governo, atitude essa em que foi seguido por outros líderes da

oposição.

Como sempre, embora procurando levar o debate para os temas verdadeiramente importantes, Durão Barroso não se esquivou às

americano, decidiu ontem que será um português o conselheiro principal para a questão dos expatriados e imigrantes”, disse, confirmando como titular do cargo o ex-dirigente e

muitos jornalistas que ali se encontravam, Durão Barroso, manifestou-se contra as tentativas de “politização da justiça” ou de “judicialização da política” em



sucessivas interpelações e deu respostas directas e incisivas, repondo a verdade dos factos.

A determinada altura e falando sobre a situação no Iraque, em resposta a questões do PCP sobre a participação de Portugal, afirmou ter uma notícia “para avançar em primeira-mão aos deputados”.

“O governo português, em conjugação com o governo Norte-

governante socialista José Lamego.

Sobre perguntas sobre a saída dos Ministros da Ciência e dos Negócios estrangeiros, Durão Barroso frisou que os dois ministros apresentaram a sua demissão, pedidos que foram aceites “no modo e no tempo” que considerou “mais adequados” – uma prerrogativa do Primeiro-ministro e de mais ninguém, lembrando a propósito que sábado passado, em Roma, se tinha iniciado a extremamente importante reunião da Comissão Inter-governamental, “com a participação do Primeiro-Ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros”.

“Quando aceitei as demissões foi porque havia responsabilidades políticas e deviam ser assumidas, salvaguardando a autoridade do Governo e o respeito pelas pessoas. Os ministros, por serem ministros não deixam de ser pessoas”, concluiu, dando o assunto por encerrado e lembrando de forma sintética que, “enquanto está no Governo, qualquer ministro tem a confiança do chefe do Governo”.

No final do debate, já no exterior do hemiciclo e ante a insistência dos

Portugal, sustentando que manterá esta posição em nome do “sentido de Estado”.

O primeiro-ministro recusou-se a fazer qualquer comentário sobre a decorrente polémica sobre casos judiciais mediáticos, esta polémica, reafirmando a necessidade de “deixar à justiça o que é da justiça e à política o que é da política”.

Durão Barroso alertou ainda para a necessidade de se respeitar a separação de poderes “como uma questão de princípio”.

“Sou contra a politização da justiça, mas também sou contra a judicialização da política”, acentuou.

Na questão do referendo sobre matéria europeia, o Primeiro-Ministro defendeu que a maioria PSD/CDS e o Governo “foram claros” sobre esta matéria, apontando depois contradições no interior do PS.

“O PS tem várias posições. Uns aceitam o referendo, mas outros dizem que se trata de uma paródia democrática, o que eu nunca poderei aceitar”, disse, numa referência a palavras proferidas pelo ex-ministro socialista dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.



Reformar as sociedades para ganhar a guerra contra o terrorismo

Carl Bildt e Armando Marques Guedes foram os convidados da oitava conferência integrada no fórum “A Europa do Futuro”, que decorreu em Braga, no passado dia 8 de Outubro. Para o antigo Primeiro-Ministro da Suécia, a manutenção da paz na Europa e o combate às ameaças emergentes são motivos por si só suficientes para consolidar o projecto europeu. Ideia corroborada pelo docente da Universidade Nova de Lisboa, para quem o reforço da relação transatlântica constitui um passo importante para a manutenção da ordem mundial.

Carl Bildt começou por chamar a atenção para os desafios introduzidos pelo tema da Política Externa, Segurança e Defesa: “Tudo é absolutamente novo quando se fala de paz e de segurança”.

Invocando a experiência de antigo enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas para os Balcãs, Carl Bildt salientou que a Europa está “envolvida num grande processo de criar a paz”, pelo que “não é possível voltar à situação antes de 1989”.

O ex-Primeiro-Ministro da Suécia considera que o futuro da Europa passa por um reforço das relações transatlânticas: “A construção da estabilidade e da segurança na Europa requer a cooperação entre todos, nomeadamente entre a Europa e os Estados Unidos. É através da articulação de “forças” entre a União Europeia e o Estados Unidos que se combate o terrorismo e se procuram as soluções para os problemas do mundo.”.

Carl Bildt aproveitou para dirigir um apelo aos líderes dos Quinze (Vinte e Cinco, a partir de Maio do próximo ano): “A Europa tem o dever de ajudar as zonas mais pobres. Precisamos de ganhar a guerra contra o terrorismo com a reforma das sociedades”.

Armando Marques Guedes classificou o mundo de hoje como complexo. Temendo por um 11 de Setembro com contornos ainda mais dramáticos, o Professor de Ciência Política admitiu que se colocam algumas dificuldades na consolidação de um projecto único europeu de segurança: “É extraordinariamente difícil gizar uma Política Externa, Segurança e Defesa, precisamente porque nunca havia sido feito esta tentativa”.

Marques Guedes entende que a Europa deve “organizar a casa” e assumir um papel mais “pró-activo com os Estados Unidos”. Aliás, de acordo com o Professor, a “Europa sem os Estados Unidos não conseguirá organizar-se internamente”. Em matéria de segurança, Marques Guedes considera que é necessário o aumento dos investimentos por parte da União Europeia neste sector.

Este colóquio foi presidido por Mário David (presidente da Comissão Política de Relações Internacionais) e organizado pela Comissão Política Nacional (representada por Matos Rosa) e Comissão Política Distrital do PSD de Braga (José Manuel Fernandes). –

Marco Faria



«Continuaremos a combater o terrorismo» afirmou o Primeiro-Ministro numa homenagem a Vieira de Melo

Portugal vai continuar a combater o terrorismo, garantiu Durão Barroso no passado dia 5, numa cerimónia de homenagem a Vieira de Melo, na qual sublinhou que a morte do diplomata prova que “não serve de nada” defender a neutralidade.

“Portugal vai continuar a estar na primeira linha das nações que repudiam veementemente o terrorismo”, assegurou o primeiro-ministro, durante o discurso de homenagem ao enviado especial das Nações Unidas no Iraque, morto na sequência de um atentado terrorista.

A cerimónia, realizada a propósito da inauguração de uma praça e de uma avenida com o nome do diplomata brasileiro, em Porto Salvo, Oeiras, serviu para o chefe de Governo responder aos que criticam o alinhamento de Portugal com a coligação britânico-americana.

“A morte de Sérgio Vieira de Melo demonstra que não serve de nada estar-se numa posição intermédia na luta contra o terrorismo”, afirmou Durão Barroso, sublinhando que os terroristas “não seleccionam as vítimas”.

Elogiando o diplomata brasileiro, sobre quem disse ser uma pessoa “brilhante”, o primeiro-ministro frisou que a morte do enviado especial das Nações Unidas no Iraque deverá servir para que os países se unam na condenação “categórica e sem ambiguidades” do terrorismo.

“O mundo não pode abandonar o Iraque. As Nações Unidas não podem abandonar o Iraque”, repetiu o chefe



de Governo.

Sobre a ONU, Durão Barroso disse que as críticas quanto à burocracia existente no seio daquela organização são “muito injustas”, mostrando-se convicto de que as

Nações Unidas são o que “de melhor existe no plano internacionalizado”. Primeiro-Ministro disse ainda que “Não há qualquer substituto para as Nações Unidas”.

Antes, tinha sido a vez da

presidente da câmara de Oeiras, Teresa Zambujo, dirigir palavras elogiosas a Sérgio Vieira de Melo, uma pessoa que “ficará perpetuada” em Porto Salvo com a praça e avenida baptizadas com o seu nome.

Importância das ligações Madeira Açores e Canárias



O Governo Regional da Madeira atribui “importância estratégica” ao reforço das ligações aéreas e marítimas entre a Madeira, Açores e Canárias, disse hoje o secretário regional do Plano e Finanças madeirense.

“Quero aqui reafirmar a importância estratégica que o Governo Regional da Madeira atribui ao reforço das ligações marítimas e aéreas entre a Madeira, os Açores e as Canárias por serem fundamentais e prioritárias para o reforço da cooperação entre as três regiões”, disse Ventura Garcês.

Este propósito foi anunciado na sessão de abertura do seminário de divulgação da Segunda convocatória para a apresentação de candidaturas ao programa de iniciativa comunitária «Interreg III - B, Açores, Madeira e Canárias».

O secretário regional lançou ainda um desafio à equipa de «Gestão Regional do Interreg III», “para que sejam aproveitados todos os fundos que foram colocados à disposição pela União Europeia”.

Promover uma melhor integração e cooperação económica entre as regiões ultraperiféricas, bem como entre elas e os outros Estados-membros e melhorar os laços de cooperação com os países terceiros limítrofes, situados na África Norte Ocidental - Marrocos, Mauritânia, Senegal e Cabo Verde - e na América Latina são os objectivos daquela iniciativa comunitária, cujos fundos disponíveis ascendem a 170.733 milhões de Euros. - **Lusa**.



DELIBERAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL

Considerando a conveniência de que os órgãos de Direcção Política do Partido nos diversos escalões estejam em pleno funcionamento e estabilidade, a fim de maximizar a capacidade de resposta aos desafios que enfrentamos, nomeadamente nas próximas eleições para o Parlamento Europeu;

Consequentemente, à semelhança de procedimentos adoptados no antecedente, a Comissão Política Nacional, sob proposta do Secretário-Geral, reunida em 7 de Outubro de 2001, deliberou recomendar aos órgãos competentes do Partido:

- Que os órgãos de direcção política do Partido nos diversos escalões distritais e concelhios cujos mandatos vençam entre Janeiro e Agosto de 2004 antecipem ou adiem as eleições, de modo a que as mesmas não tenham lugar durante aquele período.

Lisboa, 7 de Outubro de 2003



SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD (art.51º), convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, a realizar no próximo dia 7 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na sede concelhia do partido, sita na R. Gago Coutinho, nº12, em Santa Comba Dão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Antes da ordem do dia;
- 2- Análise da situação político-partidária do concelho – Art.50º;
- 3- Apreciação da actuação da Comissão Política de Secção- Art. 50º, nº2 al. b);
- 4- Outros assuntos de interesse.

DISTRITAL DE PORTALEGRE

Nos termos estatutários e regulamentares aplicáveis, convoca-se uma reunião da Comissão Política Distrital- alargada, a realizar no dia 17 de Outubro de 2003 (sexta-feira), pelas 21h00, na Sede Distrital de Portalegre do PSD, sita no Largo 28 de Janeiro, nº10, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Deliberação do Conselho Nacional sobre antecipação das Eleições das CPD's e CPS's;
3. Deliberação do Conselho Nacional sobre o anteprojecto de "Revisão Constitucional";
4. Deliberação do Conselho Nacional sobre a " Reforma do Sistema Político";
5. Comunidades Urbanas;
- 5.1 Convenção Autárquica Distrital;
6. Regiões de Turismo;
7. Análise da Situação Política.

PINHEL (Distrital da Guarda)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Pinhel do PSD, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 15 de Novembro de 2003 (sábado), entre as 17h30 e as 19h30, na Casa do Povo de Pinhel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Nota: As listas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ao abrigo do disposto no nº3 do Art.71º dos Estatutos Nacionais do PSD e no ponto 2 do Art. 15º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do Sobral de Monte Agraço, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2003 (Sexta-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita no Largo Gago Coutinho, Sobral de Monte Agraço, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede concelhia aberta para o efeito naquele dia, entre as 21h30 e as 24h00.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

NÚCLEO DA PAREDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Núcleo da Parede, para reunir no dia 6 de Novembro de 2003 (quinta-feira), pelas 21h30, na Rua do Jogo

da Bola, lote 1-A, c/v, em Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal do PSD, para reunir, em sessão ordinária, no dia 24 de Outubro de 2003, sexta-feira, pelas 21h30, na sede da Secção de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº23 1º Esq, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;

2. Análise da situação autárquica e definição da orientação política relativa ao enquadramento da actividade do PPD/PSD nos órgãos autárquicos do Concelho de Setúbal.



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção, para reunir no dia 25 de Outubro de 2003, pelas 20h00, na Sede da Secção do PSD de Abrantes, sita na Rua de S. Pedro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo Residencial de S. Vicente;
- Eleição do Presidente do Plenário Estudantil.

NOTA:

As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do dia

anterior, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na sede do PSD de Abrantes.

As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos.

As urnas estarão abertas das 20h30 e as 21h30.

PONTE de LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do regulamento interno, convoco o Plenário da JSD de Ponte de Lima, a reunir no próximo dia 25 de Outubro de 2003, pelas 15h00, na Sede Local do PSD, sita no Largo Dr.º Ferreira Carmo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

-Situação Política Local e Nacional;
-Outros assuntos de interesse.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da JSD do Concelho de Castelo Branco, para o Plenário de Secção a realizar no próximo dia 27 de Outubro de 2003, pelas 21h00, na Sede Distrital da JSD de Castelo Branco, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Informações;
- 2-Análise da Situação Política;

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Eleitoral de Secção de Setúbal da JSD, a realizar no próximo dia 31 de Outubro de 2003 (Sexta-feira), pelas 18h00, na Sede Concelhia de Setúbal – Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1.ºEsq., com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único:

- Eleição da Comissão Política de Secção;
- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- Eleição dos Conselheiros Distritais da Secção.

NOTA:

a)As listas deverão ser entregues até às 24 Horas do dia anterior ao acto eleitoral na Sede de Concelhia da JSD de Setúbal;
b)O período eleitoral decorrerá entre as 18 horas e as 22 horas. As estarão abertas das 15h30 às 16h30.

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco, para reunião a ter lugar no próximo dia 18 de Outubro de 2003, pelas 14h30, na Sede Concelhia da JSD do Fundão, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição para a Mesa do Plenário Concelhio;
- 2-Eleição para a Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Conselheiros Distritais.

NOTA:

a)As urnas estarão abertas das 15horas às 16 horas.
b)As listas serão entregues até às 24 Horas do dia anterior ao acto eleitoral.

ERRATA CPS/JSD SEIXAL

Errata à convocatória para a realização da Assembleia de Secção do Seixal realiza-se no dia 9 de Outubro de 2003, e não no dia 10 de Outubro como publicado no Povo Livre.

Pelo facto pedimos as nossas desculpas

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes para um Plenário de Secção da Sertã, para uma reunião a realizar no próximo dia 24 de Outubro de 2003, pelas 19h30, na Sede do PSD, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Informações;
- 2-Plano de actividades;
- 3-Análise da situação política actual;
- 4-Outros assuntos.

CONSELHO DISTRIAL de VIANA do CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convocam-se os delegados para um Conselho Distrital da JSD a realizar no dia 8 de Novembro de 2003, pelas 22h00, na Sede Distrital do PSD, sito na Praça da Galiza, em Viana do Castelo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Informações;

- 2-Análise da situação política distrital;
- 3-Apresentação das candidaturas;
- 4-Acto Eleitoral;
- Comissão Política Distrital;
- Mesa do Conselho Distrital da JSD;
- Jurisdição Distrital da JSD;
- 5-Apresentação dos novos órgãos executivos da JSD.

NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues até ao final do dia 7 de Novembro na Sede Distrital do PSD em frente ao antigo Mercado. As urnas estarão abertas a partir das 22h30.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Cantanhede, para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2003 (Sábado), pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD local, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Coimbra.

NOTA:

As listas concorrentes deverão ser entregues até às 24 Horas do dia 23 de Outubro de 2003 na Sede Concelhia do PSD de Cantanhede. As urnas de voto estarão abertas entre as 21h30 e as 22h30.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do regulamento Distrital de Leiria, convocam-se as eleições para os órgãos distritais de Leiria para o dia 25 de Outubro de 2003, pelas 16h00, na Sede Distrital, sita na Av. José Jardim, n.º 32, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Apresentação e Votação dos relatórios de contas e actividades.
- 2-Eleição da Mesa do Conselho Distrital, da Comissão Política Distrital, do Conselho de Jurisdição Distrital e dos delegados à Assembleia Distrital do PSD.

NOTA:

1-As listas deverão ser entregues até às 24 horas antes da hora do Plenário na Sede em cima citada.
2-As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição, e deverão ser

acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.
3-As eleições para os órgãos de tipo Assembleia e para os Conselhos de Jurisdição, deverão ser efectuadas por lista fechada, sistema proporcional e método de Hondt e as restantes por sistema maioritariamente simples.
4-As candidaturas para os órgãos executivos e para os órgãos de direcção de Assembleias (Mesa) serão efectuadas através de lista fechada e eleitas por sistema maioritário simples.
5-As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior deverão ser formadas por um número ímpar de membros, em conformidade com os Estatutos.
6-Os candidatos só poderão integrar uma das listas concorrentes a cada órgão.
7-As listas candidatas aos órgãos tipo Assembleia deverão incluir um número de candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos um quarto do número de candidatos efectivos.
8-O número de candidatos suplentes não poderá em caso algum exceder a totalidade dos candidatos efectivos.
9-Os requisitos enunciados no presente artigo são requisitos essenciais de candidatura.
10-As urnas permanecerão abertas por um período de duas horas, consequentemente das 17 horas às 19 horas.

PEDROGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do regulamento Distrital de Leiria, convocam-se as eleições para os órgãos de Secção de Pedrogão Grande para o dia 24 de Outubro de 2003, pelas 21h00, no Restaurante Churrascão, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário, da

Comissão Política e dos Conselheiros Distritais.

NOTA:

- 1-As listas deverão ser entregues até às 24 horas antes da hora do Plenário na Sede em cima citada.
- 2-As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.
- 3-Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quorum, serviram para a apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de uma hora. Assim sendo a urna estará aberta das 22 horas às 23 horas.
- 4-As eleições para os órgãos de tipo Assembleia e para os Conselhos de Jurisdição, deverão ser efectuadas por lista fechada, sistema proporcional e método de Hondt e as restantes por sistema maioritariamente simples.
- 5-As candidaturas para os órgãos executivos e para os órgãos de direcção de Assembleias (Mesa) serão efectuadas através de lista fechada e eleitas por sistema maioritário simples.
- 6- As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior deverão ser formadas por um número ímpar de membros, em conformidade com os Estatutos.
- 7- Os candidatos só poderão integrar uma das listas concorrentes a cada órgão.
- 8- As listas candidatas aos órgãos tipo Assembleia deverão incluir um número de candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos um quarto do número de candidatos efectivos.
- 9- O número de candidatos suplentes não poderá em caso algum exceder a totalidade dos candidatos efectivos.

Na passada semana, a Comissão Política Nacional da JSD emitiu um comunicado versando a actual situação do ensino superior, documento que transcrevemos integralmente na presente edição.

COMUNICADO

Por um Ensino Superior de Excelência !

A Juventude Social Democrata considera essencial que a vaga reformadora verificada na Acção do actual Governo prossiga, sobretudo no que diz respeito à Reforma do Ensino Superior.

A tão reclamada autonomia das instituições foi finalmente assegurada, tendo sido adoptado um modelo de financiamento que deixa às Instituições (Universidades ou Faculdades com autonomia financeira e Institutos Politécnicos) a competência para definir, dentro de um intervalo, o valor da propina, sendo da responsabilidade dos órgãos dirigentes das instituições de ensino optar pela mais justa e adequada contribuição do estudante em função da licenciatura que frequenta.

A fixação do valor da propina deverá ter em consideração a qualidade das instituições e dos cursos, o corpo docente, a perspectiva de saídas profissionais, a relevância social e sobretudo os custos por aluno de cada curso leccionado. Se é sabido que há cursos que carecem de mais investimento que outros, devido às características próprias do ensino ministrado e dos equipamentos utilizados, não parece, porém, fácil de aceitar que em cursos com custos muito diferentes (por exemplo, Direito e Engenharia Mecânica) os estudantes paguem o mesmo.

Ficou assim nas mãos dos órgãos competentes de cada Instituição a definição dos valores concretos: dentro de limites quantitativos estabelecidos e de acordo com critérios qualitativos claros. Duas questões se põem: foi correcto atribuir este poder a estes Órgãos? Foi correcto o uso que estes fizeram dele?

Quanto à primeira questão parece-nos óbvio que sim. No nosso país já ninguém acredita nos méritos de um centralismo autoritário do Estado. É próprio de um país democraticamente maduro que a vida de cada Instituição seja, em primeira linha, por si governada. Se são os órgãos directores das Instituições que melhor conhecem as suas necessidades, valências e qualidade parece coerente que sejam eles a definir a correspondente propina. Só num país em que se desconfia demasiado da competência desses Órgãos é que seria possível querer atirar para o Governo uma decisão deste tipo. A autonomia universitária é também isto: dar reais poderes às Instituições para que elas decidam com responsabilidade. Autonomia não é dar todos os poderes excepto aqueles que significam impopularidade e deixá-los para o Governo só porque “não convêm”.

Consideramos, assim, cobarde a posição daqueles responsáveis de Instituições de ensino superior que atacaram o Governo porque lhes deu mais este poder. Estamos ao lado de todos os outros responsáveis que decidiram assumir corajosa e responsabilmente esta nova competência que não é mais do que uma concretização da tão unanimemente desejada descentralização administrativa.

É também a forma de utilização deste poder por alguns responsáveis que nos merece as maiores críticas. E diga-se já, não é por alguns dos responsáveis não terem sabido utilizar o poder que lhes foi dado que se deve criticar o Governo pela transferência desse poder. Na verdade, foram vários os Reitores, Conselhos Directivos ou Directores de Politécnicos que cegamente estabeleceram a propina máxima sem terem em conta os critérios estabelecidos, nivelando tudo pelo valor mais alto.

A irresponsabilidade reinou em algumas instituições. Os exageros cometidos foram muitos e evidentes, sem critérios, sem razão, sem norte subiram-se as propinas só porque sim! Já que tinham esse poder, havia que utilizá-lo ao máximo sem parar dois segundos para reflectir na situação daqueles que são não só os pagadores como também os supostos beneficiários. Que irresponsáveis que foram....

Por isto, a JSD está ao lado de todos os estudantes cujos Reitores, Conselhos Directivos ou Directores aumentaram arbitrariamente o valor da propina, sem sequer pensarem em escalar esse aumento, sem justificar o destino das receitas, sem estudar a capacidade económica dos seus corpos discentes...

Mas a JSD está também ao lado de todos os Reitores, Conselhos Directivos e Directores que usaram responsabilmente o poder que lhes foi dado. Casos de verdadeira clareza na fixação do valor da propina, como o da Universidade de Évora que fixou um valor médio dentro do intervalo, apresentando à Comunidade Escolar o planeamento do investimento previsto e as dotações orçamentais respectivas, estipulando aquilo que o aumento da propina iria permitir realizar e tudo com o objectivo de melhorar a qualidade do Ensino.

A JSD acredita que as instituições do Ensino Superior devem apresentar às respectivas comunidades escolares os planos de investimento e as respectivas dotações orçamentais que pretendem realizar com o aumento da propina, sempre com vista a proporcionar o aumento da qualidade de ensino, pois é para o cumprimento desse objectivo que os estudantes pagam propinas. Só seguindo este método é que se poderá a *posteriori* confrontar as instituições com a execução orçamental e verificar a realidade desse incremento na qualidade de ensino.

Neste sentido a JSD irá propor à futura Ministra da Ciência e do Ensino Superior e aos Deputados do PSD a seguinte medida:

Os Órgãos que em cada Instituição sejam competentes para a fixação do montante das propinas e para a definição do Orçamento da Instituição, terão que fazer acompanhar a proposta de Orçamento de um plano de aplicação do montante das propinas. Este deverá ser inscrito em dotação orçamental própria que só pode ser utilizada para os fins previamente planeados. Sempre que não haja total execução dessas verbas o remanescente transitará para o ano seguinte, havendo uma correspondente diminuição do valor das propinas a pagar no ano seguinte. Os fins a que se poderão destinar as verbas das propinas estarão necessariamente ligados ao incremento da qualidade dos serviços e equipamentos da instituição.

Ainda em relação à atitude reformista do Governo há que dizer que a Acção Social Escolar tem hoje um papel ainda mais relevante, sendo evidente o aumento das verbas verificadas para esta área, cumprindo assim o papel do Estado de impedir que nenhum jovem fique de fora do Ensino Superior por razões financeiras.

A Juventude Social Democrata cultiva um ensino superior de Excelência, em que a igualdade de oportunidades deve ser garantida, onde sobretudo o mérito, o trabalho e qualidade têm de ser premiados.

A Coordenadora Nacional do Ensino Superior da JSD

Nota: com o objectivo de aumentar a base de dados de emails da JSD e do Gabinete de Informação da CPN, solicitamos a todos quantos quiserem receber regularmente notícias e informações, nos remetam o respectivo endereço para jsd@jsd.pt e para paulocolaco@jsd.pt

«Temos de diversificar a nossa economia»

Victor Cruz visita a unidade industrial de transformação de beterraba sacarina que o PSD/Açores não quer perder

A introdução de novas culturas no contexto da diversificação agrícola nos Açores passa, antes de mais, por avaliar e compreender a importância da agro indústria directamente ligada às designadas culturas industriais da beterraba, do tabaco e do chá, com alguma dimensão, tradição, história e interesse na diversidade de ocupação agrícola dos solos.

O PSD/Açores tem dedicado atenção e acompanhado a situação particular da SINAGA, indústria única de transformação de beterraba sacarina e de açúcar dos Açores.

A SINAGA mereceu, no âmbito do POSEIMA, o reconhecimento da sua importância como indústria transformadora de beterraba, e como empresa que valoriza uma produção agrícola com alguma tradição, conciliável com a pecuária de leite e carne face ao aproveitamento de subprodutos destinados às próprias explorações pecuárias.

O desaparecimento da indústria de transformação da chicória constituiu mais uma perda importante na rotação de algumas culturas agrícolas.

O Governo Regional do PSD fará tudo o que estiver ao seu alcance para que este exemplo da indústria da chicória não se repita com a produção e transformação de beterraba.

Os desafios que se colocam actualmente à indústria açucareira são muitos, destacando-se, desde logo, a sua dimensão face a outros concorrentes, a reduzida área de cultura da beterraba e os constrangimentos à exportação concorrencial para mercados exteriores à Região.

A manter-se a situação actual, a tendência será, estamos certos, do seu desaparecimento, com as consequências sócio-económicas e agrícolas indesejadas.

Qualquer processo de reestruturação do sector passa, inevitavelmente, pelas decisões dos accionistas privados da indústria, com os agricultores e em estreita colaboração com os poderes públicos.

O PSD/Açores está empenhado em encontrar a melhor solução que vise a manutenção das culturas industriais açorianas, sem as quais continuaremos a perder o nosso capital industrial.

A diversificação da agricultura e da agro-indústria açoriana é uma mais valia para a economia da Região. O Governo Regional do PSD irá trabalhar no sentido de manter e

fortalecer as agro-indústrias do açúcar, do chá e do tabaco que têm um importante historial nos Açores.

A criação e diversificação de postos de trabalho são uma meta a termos sempre em mente. Queremos criar mais riqueza nos Açores. Queremos diminuir o número de açorianos que se encontram inactivos. Queremos trazê-los para o mercado de trabalho.

O PSD/Açores assume que, todas as decisões que vierem por bem, mesmo que signifiquem, em alguns aspectos, um mal menor, poderão viabilizar a produção de beterraba e também de açúcar nos Açores.

Não pode continuar a ficar tudo na mesma.

Continuar tudo na mesma, significará o fim de mais uma indústria e o desvio de agricultores para a pecuária, o que vem acontecendo, com a passividade dos responsáveis governamentais agrícolas, apesar do seu discurso apelar para o contrário.

«O Presente com Futuro é possível»

Declaração do PSD no dia do Idoso

No Dia Nacional do Idoso, o PSD/Açores emitiu uma declaração política, na qual se afirma que «Vivemos cada vez mais tempo. Os últimos censos indicam que 13% da população açoriana situam-se na faixa etária dos 65 e mais anos.

«Temos pois um grande desafio perante nós. /.../ É preciso procurar novas respostas para a “terceira idade”, tendo por base aquilo que de bom já se faz, nos Lares de Idosos, nas Enfermarias de Retaguarda, nos Centros de Convívio, nos Apoios ao Domicílio.

«O Governo Regional do PSD implementará uma política social integrada para a “terceira idade”. /.../ O Governo Regional do PSD incentivar a criação de “movimentos cívicos” de voluntariado, que trabalhem junto da “terceira idade”.

Não queremos fazer dos Lares de Idosos o “descargo das nossas consciências”. Tudo faremos para garantir a permanência dos idosos nas suas casas. /.../ Uma sociedade que não investe nos seus idosos, e numa mudança de atitude perante a “terceira

idade” é uma sociedade que vê comprometido o seu futuro e todo o seu desenvolvimento. É nossa

obrigação rentabilizar o potencial de conhecimento e experiência dos idosos, como uma mais valia.



Apoio aos produtos da pesca dos Açores e da Madeira

Sérgio Marques nomeado relator pelo PPE

O Deputado do PSD **Sérgio Marques** foi designado relator do Partido Popular Europeu para acompanhar, no âmbito do parecer da Comissão da Política Regional, o relatório sobre a **recondução do regime da União Europeia destinado a facilitar o escoamento de determinados produtos da pesca dos Açores e da Madeira**, das ilhas Canárias e dos departamentos franceses da Guiana e da Reunião.

Trata-se de uma proposta de Regulamento apresentado pela Comissão Europeia, que terá de ser apreciada pelo Parlamento Europeu e aprovada pelo Conselho. Sérgio Marques sublinha que *“o regime cuja recondução é agora proposta pela Comissão Europeia, foi pela primeira vez introduzido em 1992 e prevê uma compensação dos custos suplementares gerados pela ultraperiferia, nomeadamente das Regiões portuguesas dos Açores e da Madeira. As condições específicas que prevalecem nestas regiões, decorrentes, principalmente, do seu afastamento e insularidade,*



Quando aos Açores as espécies apoiadas são o atum, as espécies pelágicas e demersais”.

conduzem a custos elevados no respeitante à produção e comercialização dos produtos da pesca, que são comercializados fora destas regiões em quantidades substanciais”.

Sérgio Marques defende que **“a continuação do regime de compensação vai permitir aos produtores destas regiões ultrapassarem algumas das desvantagens resultantes da situação de ultraperiféricidade”.**

O Deputado social democrata salienta que, *“nas regiões ultraperiféricas há custos suplementares, nomeadamente custos de transporte, energia e seguros de transporte, sendo que as medidas compensatórias aplicadas à Madeira dizem respeito ao atum, ao peixe-espada preto, à cavala e aos produtos da aquacultura.*

PE aprova 48,5 milhões de euros de apoio a Portugal

Joaquim Piscarreta reclama mais apoio à prevenção

Na sequência da aprovação pelo Parlamento Europeu, hoje em Bruxelas, da mobilização de 48,5 milhões de euros do Fundo de Solidariedade para pagamento de ajuda de emergência a Portugal, o Deputado do PSD **Joaquim Piscarreta** sublinhou que os prejuízos causados pela vaga de incêndios em Portugal *“poderiam ter sido parcialmente evitados com medidas de prevenção adequadas e efectivamente realizadas”.*

É neste sentido que Joaquim Piscarreta reclamou **“o reforço orçamental da componente de política preventiva do programa Forest Focus”.**

Recordando que *“no Verão passado, o território português foi varrido de Norte a Sul pelo flagelo dos incêndios, com uma dimensão jamais atingida tendo, no total ardido mais de 400 mil hectares. Além das perdas económicas avaliadas em 1,372 biliões de euros, lamenta-se ainda 18 vítimas mortais e 45 mil pessoas que ficaram sem qualquer fonte de rendimento. Para lá das consequências humanas e económicas, esta tragédia também acarretou consequências sociais, ambientais e sociais”.*

Joaquim Piscarreta saudou o testemunho de solidariedade que a União Europeia vai prestar junto das populações afectadas através da ajuda hoje aprovada e fez suas *“as palavras do Secretário de Estado Costa Neves de sincero agradecimento à Comissão e ao Parlamento Europeu pela celeridade e eficácia com que trataram o pedido português de intervenção do Fundo de Solidariedade”.*

Joaquim Piscarreta salientou que o montante de 48.5 milhões de euros agora disponibilizado *“representa 8.5% do total dos prejuízos sofridos”.*



Incêndios: PE aprova 48,5 milhões de euros de apoio a Portugal

Carlos Coelho considera este valor “mais justo”

O Parlamento Europeu aprovou hoje, em Bruxelas, a mobilização de 48,5 milhões de Euros do Fundo de Solidariedade para pagamento de ajuda de emergência a Portugal, na sequência da vaga de incêndios deste Verão.

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** salientou que *“a tragédia que se abateu sobre o nosso país, a sua extensão e gravidade reclamava justamente a solidariedade europeia e que a primeira proposta da Comissão Europeia limitava-se a 30 milhões de Euros, que o próprio Comissário Barnier reconheceu estar muito aquém das expectativas e das necessidades”.*

Carlos Coelho saudou **“a manifestação de solidariedade do Parlamento Europeu que apoiou Portugal e o talento negocial do Governo português e em particular do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus - Dr. Carlos Costa Neves”**, pela sua participação na reunião da Comissão dos Orçamentos do PE que determinou a proposta de aumento do montante da ajuda a Portugal.

Carlos Coelho considerou que o apoio hoje votado de 48,5 milhões de Euros *“é um valor mais justo e adequado, do que o inicialmente previsto”.*

Carlos Coelho defende evolução do sistema Schengen

O Deputado do PSD **Carlos Coelho**, relator do Parlamento Europeu para o Sistema de Informação de Schengen, promoveu, em Bruxelas, uma audição pública sobre o **desenvolvimento do sistema de informação de Schengen (SIS II) e a protecção de dados: Que estratégia para o futuro?**

Nesta audição participaram, nomeadamente, o Comissário António Vitorino, responsável pelo pelouro da Justiça e Assuntos Internos e o Presidente da Autoridade Comum de Controlo, Giovanni Butarelli.

Na intervenção na abertura dos trabalhos, Carlos Coelho afirmou que *“a assinatura, em 1990, do Acordo de Schengen reforçou a necessidade dos controlos para obviar à entrada no espaço comunitário de ameaças à segurança dos nossos cidadãos. A aplicação do Princípio da Livre Circulação e a abolição dos controlos nas fronteiras nacionais aumentou a importância dos controlos nas fronteiras externas.*

Sobretudo nos últimos tempos, acrescentou, tem estado no topo da nossa agenda política e no centro das preocupações dos cidadãos o problema das crescentes ameaças do terrorismo, do crime organizado, do tráfico de seres humanos e de droga, da imigração ilegal, entre outras formas de criminalidade organizada”.

Para Carlos Coelho, *“a livre circulação no interior do território dos Estados Schengen é uma liberdade que exige como contrapartida não apenas o reforço das fronteiras externas comuns, mas também o intercâmbio rápido e eficiente de informações, no âmbito dos controlos nas fronteiras e da cooperação policial.*

Neste contexto, o SIS - Sistema de Informação de Schengen - tem vindo a desempenhar um papel bastante importante, ao qual se pretende dar uma maior relevância com a criação de uma segunda geração do SIS, que foi designado de SIS II.

O SIS actualmente existente, funciona como o sistema de informação conjunto que permite às autoridades competentes nos Estados Membros, através do processo de inquérito automático, pesquisar e obter alertas respeitantes a pessoas e

objectos. O SIS está neste momento operacional para 13 Estados Membros, 2 outros Estados - Islândia e Noruega - e pretende-se que venha, proximamente, a tornar-se parcialmente operacional para o Reino Unido e para a Irlanda”.

Carlos Coelho sublinhou que *“O SIS é a maior base de dados na Europa e tem uma função dupla:*

- ao nível da manutenção da ordem pública e da segurança

- ao nível da emigração, dando apoio às medidas tendentes a compensar o facto de existir uma livre circulação de pessoas.

As propostas que nos foram apresentadas para a criação da Segunda Geração do SIS pretendem estender a capacidade do sistema e introduzir novas possibilidades a nível técnico e de investigação, beneficiando dos desenvolvimentos mais recentes no campo das tecnologias de informação. O Conselho prevê que possa entrar em funções em 2006. Com a criação deste novo sistema pretende-se **fazer face a 3 grandes questões:**

- o **alargamento** (de modo a poder integrar os novos Estados Membros, para o que é necessário ter a capacidade de integrar mais utilizadores (mais Estados Membros mas, também, novas categorias de utilizadores).

- a **evolução** (o sistema actual inclui funções que dizem respeito a 2 categorias de informação - pessoas e objectos. O novo sistema deverá ter a capacidade de aumentar as categorias de dados a serem introduzidos no sistema, novos objectos e funções, bem como a capacidade de processamento dessa informação, a interconexão de alertas, a modificação da duração dos alertas, e ainda o arquivo, a transparência e o possível exame de dados biométricos, nomeadamente, de fotografias e de impressões digitais)

- a **economia** (tendo em conta o aumento do número de funções e de utilizadores, o sistema deverá ser mais homogéneo, flexível, mais seguro e com uma performance mais elevada, facilmente gerido e com custos efectivos)”

Carlos Coelho defende que **“Com**

tudo isto, é legítimo que consideremos que não estamos já a falar apenas de uma medida de compensação limitada, introduzida para facilitar a livre circulação das pessoas. Sabemos que o artº 92 nº1, da Convenção de Schengen, prevê claramente que ‘o SIS deve ser apenas utilizado para fins de controlo de fronteiras e outras operações policiais’, no âmbito da aplicação das disposições desta Convenção no que diz respeito à circulação das pessoas; e por outro lado, o artº 102 (1) prevê que ‘as Partes Contratantes só podem utilizar os dados previstos nos artºs 95 a 100, para os fins enunciados em relação a cada uma das indicações neles referidas’; Não podemos ignorar, porém, que outros pontos de vista têm vindo a ser defendidos. Uma nota da Presidência, de Fevereiro de 2002, defendeu, por exemplo, que o SIS pode vir a ser utilizado para ‘fins de informação policial em sentido lato’.

Com efeito, afirma o Deputado social democrata, pode dizer-se que o carácter do SIS tem vindo a ser alvo de uma metamorfose, embora de forma imperceptível. **Permanece, assim, em aberto a questão de saber qual é que deverá ser exactamente o objectivo do SIS no futuro, ou como é que poderá ser definido esse “sentido lato” referido pela Presidência. E, na minha opinião, só quando a pergunta centrada na definição dos objectivos do SIS obtiver uma resposta clara e politicamente aceitável é que o debate sobre temas como as novas funcionalidades ou os novos utilizadores poderão obter uma resposta cabal**

Continuam, assim, em debate propostas tendentes à introdução de:

- novas funcionalidades,
- novos utilizadores,
- da nova arquitectura,
- de novas sinergias (nomeadamente com o Sistema de informação em matéria de vistos), - de uma nova gestão
- e localização.

O debate destas propostas tem sido algo confuso. As propostas legislativas de carácter formal apenas vêem a luz do dia depois de anos de debates em vários grupos de trabalho do Conselho e apenas depois de se ter chegado a um consenso entre os Estados Membros”.

Carlos Coelho manifestou a esperança que esta audição *“traga um contributo positivo no sentido, de uma forma democrática e transparente, delinear os problemas subjacentes a todas estas questões e procurarmos encontrar as respostas mais adequadas e possíveis, eficazes e sensatas.*

Por isso organizámos este Seminário em 3 Partes:

1 - A dimensão política da Convenção de Schengen (com o enfoque no controlo de Schengen pelos Parlamentos nacionais, a situação dos novos Estados Membros e dos novos vizinhos).

2 - O SIS II (com o testemunho do Conselho, do Comissário Vitorino e do Presidente da Autoridade Comum de Controlo)

3 - A Protecção de Dados (com o testemunho do nosso Relator sobre a matéria, mas também de respeitados especialistas que nos trarão uma visão de fora) **“ Carlos Coelho defende evolução do sistema Schengen**

O Deputado do PSD **Carlos Coelho**, relator do Parlamento Europeu para o Sistema de Informação de Schengen, promoveu, em Bruxelas, uma audição pública sobre o **desenvolvimento do sistema de informação de Schengen (SIS II) e a protecção de dados: Que estratégia para o futuro?**

Nesta audição participaram, nomeadamente, o Comissário António Vitorino, responsável pelo pelouro da Justiça e Assuntos Internos e o Presidente da Autoridade Comum de Controlo, Giovanni Butarelli.

Na intervenção na abertura dos trabalhos, Carlos Coelho afirmou que *“a assinatura, em 1990, do Acordo de Schengen reforçou a necessidade dos controlos para obviar à entrada no espaço comunitário de ameaças à segurança dos nossos cidadãos. A aplicação do Princípio da Livre Circulação e a abolição dos controlos nas fronteiras nacionais aumentou a importância dos controlos nas fronteiras externas.*

Sobretudo nos últimos tempos, acrescentou, tem estado no topo da nossa agenda política e no centro das preocupações dos cidadãos o problema das crescentes ameaças do terrorismo, do crime organizado, do



Carlos Coelho defende evolução do sistema Schengen

tráfico de seres humanos e de droga, da imigração ilegal, entre outras formas de criminalidade organizada”.

Para Carlos Coelho, “a livre circulação no interior do território dos Estados Schengen é uma liberdade que exige como contrapartida não apenas o reforço das fronteiras externas comuns, mas também o intercâmbio rápido e eficiente de informações, no âmbito dos controlos nas fronteiras e da cooperação policial.

Neste contexto, o SIS - Sistema de Informação de Schengen - tem vindo a desempenhar um papel bastante importante, ao qual se pretende dar uma maior relevância com a criação de uma segunda geração do SIS, que foi designado de SIS II.

O SIS actualmente existente, funciona como o sistema de informação conjunto que permite às autoridades competentes nos Estados Membros, através do processo de inquérito automático, pesquisar e obter alertas respeitantes a pessoas e objectos. O SIS está neste momento operacional para 13 Estados Membros, 2 outros Estados - Islândia e Noruega - e pretende-se que venha, proximamente, a tornar-se parcialmente operacional para o Reino Unido e para a Irlanda”.

Carlos Coelho sublinhou que “O SIS é a maior base de dados na Europa e tem uma função dupla:

- ao nível da manutenção da ordem pública e da segurança

- ao nível da emigração, dando

apoio às medidas tendentes a compensar o facto de existir uma livre circulação de pessoas.

As propostas que nos foram apresentadas para a criação da Segunda Geração do SIS pretendem estender a capacidade do sistema e introduzir novas possibilidades a nível técnico e de investigação, beneficiando dos desenvolvimentos mais recentes no campo das tecnologias de informação. O Conselho prevê que possa entrar em funções em 2006. Com a criação deste novo sistema pretende-se **fazer face a 3 grandes questões:**

- **o alargamento** (de modo a poder integrar os novos Estados Membros, para o que é necessário ter a capacidade de integrar mais utilizadores (mais Estados Membros mas, também, novas categorias de utilizadores).

- **a evolução** (o sistema actual inclui funções que dizem respeito a 2 categorias de informação - pessoas e objectos. O novo sistema deverá ter a capacidade de aumentar as categorias de dados a serem introduzidos no sistema, novos objectos e funções, bem como a capacidade de processamento dessa informação, a interconexão de alertas, a modificação da duração dos alertas, e ainda o arquivo, a transparência e o possível exame de dados biométricos, nomeadamente, de fotografias e de impressões digitais)

- **a economia** (tendo em conta o aumento do número de funções e de utilizadores, o sistema deverá ser mais homogéneo, flexível, mais seguro e com uma performance mais elevada, facilmente gerido e com custos

efectivos)”

Carlos Coelho defende que “**Com tudo isto, é legítimo que consideremos que não estamos já a falar apenas de uma medida de compensação limitada, introduzida para facilitar a livre circulação das pessoas. Sabemos que o artº 92 nº1, da Convenção de Schengen, prevê claramente que ‘o SIS deve ser apenas utilizado para fins de controlo de fronteiras e outras operações policiais’, no âmbito da aplicação das disposições desta Convenção no que diz respeito à circulação das pessoas; e por outro lado, o artº 102 (1) prevê que ‘as Partes Contratantes só podem utilizar os dados previstos nos artºs 95 a 100, para os fins enunciados em relação a cada uma das indicações neles referidas’; Não podemos ignorar, porém, que outros pontos de vista têm vindo a ser defendidos. Uma nota da Presidência, de Fevereiro de 2002, defendeu, por exemplo, que o SIS pode vir a ser utilizado para ‘fins de informação policial em sentido lato’.**

Com efeito, afirma o Deputado social democrata, pode dizer-se que o carácter do SIS tem vindo a ser alvo de uma metamorfose, embora de forma imperceptível. **Permanece, assim, em aberto a questão de saber qual é que deverá ser exactamente o objectivo do SIS no futuro, ou como é que poderá ser definido esse “sentido lato” referido pela Presidência. E, na minha opinião, só quando a pergunta centrada na definição dos objectivos do SIS obtiver uma resposta clara e politicamente aceitável é que o debate sobre temas como as novas funcionalidades ou os novos utilizadores poderão obter uma resposta cabal**

Continuam, assim, em debate propostas tendentes à introdução de:

- novas funcionalidades,
- novos utilizadores,
- da nova arquitectura,
- de novas sinergias (nomeadamente com o Sistema de informação em matéria de vistos), - de uma nova gestão
- e localização.

O debate destas propostas tem sido algo confuso. As propostas legislativas de carácter formal apenas vêm a luz do dia depois de anos de debates em vários grupos de trabalho do Conselho e apenas depois de se ter chegado a um consenso entre os Estados Membros”.

Carlos Coelho manifestou a esperança que esta audição “traga um contributo positivo no sentido, de uma forma democrática e transparente, delinear os problemas subjacentes a todas estas questões e procurarmos encontrar as respostas mais adequadas e possíveis, eficazes e sensatas.

Por isso organizámos este Seminário em 3 Partes:

1 - A dimensão política da Convenção de Schengen (com o enfoque no controlo de Schengen pelos Parlamentos nacionais, a situação dos novos Estados Membros e dos novos vizinhos).

2 - O SIS II (com o testemunho do Conselho, do Comissário Vitorino e do Presidente da Autoridade Comum de Controlo)

3 - A Protecção de Dados (com o testemunho do nosso Relator sobre a matéria, mas também de respeitados especialistas que nos trarão uma visão de fora) “.

O Secretário-Geral do Partido Popular de Espanha em visita ao PM português

No passado dia 8, esteve em Lisboa para uma visita ao Primeiro-Ministro e Presidente do PSD, o secretário-geral do PP espanhol, Mariano Rajoy,

Nesta sua primeira saída de Espanha desde que foi eleito Secretário-Geral do Partido Popular espanhol, o futuro sucessor de José Maria Aznar manifestou a sua e do seu partido, apreciação de Durão Barroso, frisando que “as relações bilaterais são excelentes” e manifestou o desejo de Portugal e Espanha continuem a trabalhar em conjunto nas questões europeias, designadamente na negociação dos fundos estruturais para o período 2007/2013.

Mariano Rajoy insistiu ainda na necessidade de preservar as regras inscritas no Tratado de Nice no que respeita aos votos de cada país no Conselho Europeu.

Sobre a realização de um referendo sobre a Constituição Europeia no mesmo dia das eleições para o Parlamento Europeu, afirmou que o PP entregou nas Cortes espanholas um projecto de lei para permitir a realização simultânea da consulta popular e das eleições europeias a 13 de Junho do próximo ano.

“O projecto pretende alterar uma lei orgânica, de forma a permitir que o referendo se faça no mesmo dia das eleições europeias, porque com a actual lei isso não era possível”, sublinhou Mariano Rajoy.

O secretário-geral do PP espanhol afirmou a esse propósito que a questão do referendo foi negociada com a oposição, nomeadamente com o PSOE, manifestando a esperança que se resolva de forma pacífica.

Rajoy adiantou que Durão Barroso, o primeiro líder ou chefe de governo com quem se encontrou desde a eleição, lhe disse que a posição portuguesa sobre o referendo europeu “é semelhante”.

O secretário-geral dos populares espanhóis manifestou-se esperançoso de que todos os países membros da União Europeia possam votar a Constituição Europeia de forma “convicta e feliz”.

Por outro lado, Mariano Rajoy admitiu a existência de divergências entre os executivos de Portugal e Espanha quanto ao traçado do TGV (Comboio de Alta Velocidade), mas manifestou a convicção de que elas não são verdadeiramente significativas e poderão ser superadas na próxima Cimeira Ibérica, que se realiza em Novembro na Figueira da Foz.

“Não há qualquer acordo relativamente ao TGV, mas gostaria que o assunto pudesse resolver-se já na Cimeira da Figueira da Foz”, salientou. - **Lusa**



Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

Vamos lá falar a sério

Quando faltamos ao respeito, dificilmente nos conseguimos fazer respeitar. Quando se utiliza linguagem e terminologia imprópria das regras da boa convivência democrática, não se pode esperar que os cidadãos se sintam seguros e confortados com a sua classe política e dirigente.

Quando o combate político se transforma em ofensas pessoais e numa continuada e notória desconsideração pelas instituições democráticas, o País fica chocado e não se revê nos seus representantes.

Infelizmente é isso que ultimamente tem acontecido com frequência. Acontece em relação à comunicação social e acontece nos debates parlamentares. Alguns políticos, uns por falta de outro tipo de argumentos, outros por estilo assumido de mau gosto, são um triste espectáculo de má criação e de mau perder. A oposição ao Governo, salvo algumas e honrosas excepções, tem optado claramente por esse caminho.

Um caminho de maus exemplos, de clara falta de sentido de Estado, por vezes do ridículo e do despropositado. Em palavras e actos é necessário subir a fasquia da qualidade. Portugal, a sua História e os seus desígnios, exigem mais desta oposição. Trinta anos de democracia não é muito, mas já é o suficiente para que se reconheçam e se respeitem os valores e princípios que devem presidir a um país democrático e civilizado.

Muita desta oposição “birrenta” e zombeteira tem ainda muito que aprender neste domínio.

Portugal não é, nem pode ser, um qualquer programa de televisão “populacheiro” e de conteúdos pouco decentes.

Como referi no início: para que o País respeite a Oposição é imprescindível que ela se dê ao respeito.